

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

“Quanto mais me bates menos gosto de ti”: Estudo sobre as representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo

Bruna Adriana Costa Gonçalves

M

2016



Bruna Adriana Costa Gonçalves

**“Quanto mais me bates menos gosto de ti”: Estudo sobre as
representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo
sexo**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora
Doutora Maria Isabel Dias

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016

**“Quanto mais me bates menos gosto de ti”: Estudo sobre as
representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo
sexo**

Bruna Adriana Costa Gonçalves

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pela Professora
Doutora Maria Isabel Dias

Membros do Júri

Professora Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Universidade Católica do Salvador

Professor Doutor Carlos Manuel da Silva Gonçalves
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Isabel Dias
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Aos meus avôs.

Sumário

Agradecimentos.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract.....	VIII
Resumés.....	IX
Índice de tabelas.....	X
Índice de figuras.....	XI
Lista de abreviaturas e siglas.....	XII
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Antes e depois da invisibilidade: enquadramento teórico sobre a violência doméstica.....	3
1.1. A violência doméstica ao longo dos tempos.....	3
1.2. O problema da violência doméstica como objeto de diligências científicas.....	6
1.3. A violência doméstica não escolhe sexo nem orientação sexual.....	11
1.3.1. Casais do mesmo sexo vs. Casais do sexo oposto: semelhanças e diferenças dos comportamentos abusivos.....	16
Capítulo 2 – Representações sociais sobre violência doméstica entre casais do mesmo sexo.....	22
2.1. A evolução do conceito de representação social.....	22
2.2. O impacto das representações sociais no problema da violência doméstica entre casais do mesmo sexo.....	26
Capítulo 3 – Metodologia e estratégia de pesquisa.....	29
3.1. Objetivos e modelo de análise.....	29
3.2. Abordagem metodológica.....	33
Capítulo 4 – Apresentação e análise dos resultados: a diversidade de representações sociais sobre a violência entre casais do mesmo sexo.....	41
4.1. Representações sociais sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo: da pouca visibilidade ao desconhecido.....	42
4.2. Violência doméstica em relacionamentos <i>gays</i> e <i>lésbicos</i> : que fatores?.....	53
4.3. Representações sociais das redes de apoio, do Estado e da Justiça.....	67
Considerações finais.....	77

Referências bibliográficas	81
Anexos	91
Anexo 1 – Modelo de Duluth adaptado à violência em casais do mesmo sexo	92
Anexo 2 – Guião de entrevista.....	93
Anexo 3 - Síntese das representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo.....	97
Anexo 4 - Síntese das representações sociais da violência doméstica nos casais <i>gays</i>	98
Anexo 5 - Síntese das representações sociais da violência doméstica nos casais lésbicos.....	99
Anexo 6 - Síntese das representações sociais das redes de apoio, do Estado e da Justiça.....	100

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais por me terem dado a possibilidade de obter uma formação académica e por me incentivarem a dar o meu melhor, especialmente nos momentos mais complicados destes anos.

Um especial agradecimento à Né, à Daniela, à Filó, à Rita e à Ana Luísa pelos momentos repletos de alegria e os momentos de estudo intenso que agora fazem parte da minha coleção de memórias e que recordo com saudade.

Agradeço à Morte por ter o melhor apelido de sempre e por ser aquela amiga que sempre me acompanhou nos momentos mais difíceis e por me mostrar que as grandes amizades acontecem com quem menos esperamos.

À Mafalda, aquela amiga de infância que está sempre disponível para me ajudar no que lhe for possível, um especial agradecimento por me dar apoio sempre que precisei dele sobretudo na realização desta dissertação.

À Isabel por me ter dado toda a ajuda quando entrei para o curso de Sociologia, por sempre se ter mostrado uma amiga prestável para tirar qualquer dúvida e por me ter socorrido com os materiais de apoio ao estudo.

A saudade é o sentimento que fica depois de cinco anos partilhados com a tropa de elite e, por isso, um sentido obrigado por terem tornado a minha vida académica mais desafiante e repleta de fortes emoções.

À professora Isabel Dias, minha orientadora, pelo auxílio prestado durante este ano e pela disponibilidade para me tirar todas as dúvidas existentes no desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

A presente investigação insere-se no Mestrado de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e tem como finalidade estudar as representações sociais que os jovens têm sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo.

Os nossos objetivos passam por conhecer as dimensões microssociológica, mesossociológica e macrossociológica deste problema social, tendo em consideração as percepções e discursos existentes por parte da população-alvo.

A um nível microssociológico foram analisadas as representações sociais acerca da violência que ocorre no contexto de relacionamentos homossexuais, já a nível meso e macrossociológico pretendemos, adicionalmente, captar dimensões menos centrais mas igualmente relevantes do fenómeno, nomeadamente o papel dos meios de comunicação e das instâncias de autoridade na temática em causa.

No que diz respeito à metodologia, este estudo é marcado por uma abordagem qualitativa, sendo a entrevista a técnica utilizada como meio para obter os resultados que dão resposta aos objetivos em análise.

Dos principais resultados verificamos a existência de um desconhecimento sobre este problema social por parte dos entrevistados em parte devido à sua escassa visibilidade ao nível dos meios de comunicação social.

Palavras-chave: Representações sociais; violência doméstica; homossexualidade.

Abstract

This research is part of the Master Degree in Sociology of Faculty of Arts of the University of Porto and has the purpose of study the social representations that young adults have about domestic violence in same-sex couples.

Our goals are to know the micro-sociological, meso-sociological and macro-sociological dimensions of this social problem, taking into account the existing perceptions and speech by the target population.

At a micro-sociological level were analysed the social representations about the violence that occurs in the context of homosexual relationships, however with the meso and macro-sociological level we intend to additionally capture less central dimensions but evenly relevant to the problem, including the role of the media and the authority in theme concerned.

With regard to methodology, this study is marked by a qualitative approach, where the interview was the technique used to get the results that address the goals in question.

With the main results we can verify the existence of ignorance about this social problem by the interviewed, in part due to its lack of visibility on social media.

Keywords: Social representations; domestic violence; homossexuality.

Resumé

Cette recherche est insérée dans le cadre du Master en Sociologie de la Faculté de Lettres de l'Université de Porto et a comme but étudié les représentations sociales que les jeunes ont sur la violence conjugale en couples du même genre.

Nous avons comme objectif connaître les dimensions microsociologique, mesosociologique et macrosociologique de ce problème social, tenant en compte les perceptions et les discours existants de la part du public-cible.

Les représentations sociales ont été analysées à un niveau microsociologique sur la violence qui a lieu dans le cadre des rapports homosexuels. À niveau méso et macrosociologique, nous prétendons, en outre, capter des dimensions moins centrales mais également pertinentes du phénomène, notamment le rôle des médias et des instances d'autorité dans la thématique en question.

En ce qui concerne la méthodologie, cette recherche est marquée par une approche qualitative, étant l'entretien, la technique utilisée comme moyen pour obtenir les résultats qui répondent aux objectifs en analyse.

Parmi les principaux résultats, nous vérifions l'existence d'une méconnaissance sur ce problème social de la part des interrogés en partie pour cause de sa faible visibilité au niveau des média.

Mots-clés: Représentations sociales; violence domestique; homosexualité

Índice de tabelas

Tabela 1 - Valores sobre a orientação sexual de sobreviventes e vítimas de violência doméstica.....	15
Tabela 2 - Valores sobre a orientação sexual do parceiro/a que cometeu os abusos.....	16
Tabela 3 – Síntese do número de entrevistas realizadas	38

Índice de figuras

Figura 1 – Diagrama do modelo de análise.....	32
---	----

Lista de abreviaturas e siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

AVP – Anti-Violence Project

GAIV – Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima

ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero

NCAVP – National Coalition oh Anti-Violence Programs

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

A violência doméstica não é um problema social recente nas nossas sociedades. Todavia somente a partir da década de 70 do século XX é que este fenómeno passou a ser alvo de maior investigação, o que, conseqüentemente, levou a uma maior divulgação por parte dos meios de comunicação social e intervenção dos serviços sociais. Com frequência a violência doméstica é associada à mulher como a vítima principal das agressões. Porém a violência no seio familiar atinge qualquer indivíduo independentemente do sexo, faixa etária e orientação sexual.

Assim, existem alguns tipos de violência doméstica que carecem de uma maior análise científica, de modo a que as suas características específicas sejam melhor compreendidas e conhecidas. A violência entre casais do mesmo sexo é um tipo de violência que se insere nesta situação.

Nas últimas décadas este tipo de violência apesar de ter sido alvo de um maior estudo e de alguma exposição nos meios de comunicação social, isso tem-se mostrado insuficiente para que este problema, na sua generalidade, deixe de ser marginal perante a sociedade. A invisibilidade que marca este problema social relaciona-se, em grande medida, com o facto de a sociedade ser estruturada por um pressuposto heteronormativo e homofóbico. Para além disso, também a comunidade homossexual tem um papel na perpetuação desta invisibilidade, já que há uma tentativa por parte desta de controlar o aumento das visões negativas acerca dos relacionamentos com pessoas do mesmo sexo.

A invisibilidade que envolve este fenómeno tem certamente impacto nas representações sociais acerca deste problema social. Neste sentido, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de conhecer as representações e os significados que os jovens entre os 20 e 25 anos, homossexuais e heterossexuais, têm sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo. Para o efeito, foi desenvolvido um estudo de caso, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas, accionadas no âmbito de um método de pesquisa, com vista a responder aos objetivos propostos.

Esta dissertação está estruturada em quatro partes, a saber: *Antes e depois da invisibilidade: enquadramento teórico sobre a violência doméstica; Representações sociais sobre violência doméstica entre casais do mesmo sexo; Metodologia e estratégia de pesquisa; Apresentação e análise dos resultados: a diversidade de representações sociais sobre a violência doméstica entre casais do mesmo sexo.*

No capítulo 1 é exposta uma contextualização teórica do fenómeno da violência doméstica. Numa primeira fase é analisado o seu processo evolutivo nas sociedades, ou seja, as transformações que estão associadas à violência nas várias épocas histórico-sociais ao nível das dinâmicas familiares, sociais e estatais. De seguida, é apresentada uma revisão dos estudos acerca da violência doméstica no âmbito das ciências sociais, os quais permitiram uma maior compreensão do problema. Por último, é feita uma exposição da violência doméstica entre casais do mesmo sexo, tendo em consideração as suas particularidades e semelhanças com a violência doméstica que ocorre nos casais de sexo oposto.

No capítulo seguinte, numa primeira fase, faz-se a discussão do conceito de representação social sendo, de seguida, analisado o papel das representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo.

No capítulo *Metodologia e estratégia de pesquisa* faz-se a apresentação, de forma detalhada, do objeto de estudo, dos objetivos, das perguntas de partida e do modelo de análise. A abordagem metodológica utilizada é apresentada de seguida, bem como as técnicas que permitiram recolher informação.

Por último, no capítulo 4 apresenta-se os resultados obtidos durante o processo de investigação, procedendo-se à apresentação e discussão dos significados e discursos presentes nas entrevistas efetuadas.

Esta dissertação termina com a apresentação das conclusões alcançadas a partir dos resultados sobre as representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo. Segue-se, por último, a apresentação da bibliografia e dos anexos.

Capítulo 1 - Antes e depois da invisibilidade: enquadramento teórico sobre a violência doméstica

No presente capítulo é exposta uma contextualização do fenómeno da violência doméstica. Dá-se conta do seu processo evolutivo ao nível das transformações sociais e académicas, sendo que é no quadro académico que é feita uma exposição da temática em estudo nesta investigação referente à violência doméstica em casais do mesmo sexo. A violência entre os membros de relacionamentos homossexuais é algo que faz parte das suas vivências enquanto casais e, como tal, é suscetível de ser estudado cientificamente.

1.1. A violência doméstica ao longo dos tempos

O fenómeno da violência doméstica não é recente, sendo pautado por uma transversalidade ao longo das várias épocas, sociedades e culturas (Gelles, 1987a, p. 13; McKee e Mason, 2015, p. 205; Martins, 2013).

Nas sociedades tradicionais a instituição família tinha como objetivo garantir “a transmissão da vida, dos bens e dos nomes” (Aries cit. por Dias, 2004a, p. 41), sendo vista como algo estável e que permitia a “consolidação da ordem social” (Dias, 2004a, p. 41). Tendo em conta esta perceção e pensamento social, a violência era um problema que não fazia parte das dinâmicas domésticas (*ibidem*). Contudo, o contexto social inerente à sociedade tradicional apresentava um carácter violento e, como tal, os conflitos e a violência, inevitavelmente, acabavam por fazer parte das vivências familiares (*ibidem*, p. 53), pelo que a violência doméstica é um fenómeno que “está intrinsecamente ligado à família, pois é no seu seio que ele começa e se perpetua” (Martins, 2013, p. 16).

Deste modo, a família era estruturada através do uso da violência (Lourenço e Lisboa, 1992, p.7), ou seja, as agressões eram legitimadas como meio para o patriarca e

chefe de família impor a sua autoridade aos restantes membros (*ibidem*, p. 54; Fernandes, 2002, p. 9; Martins, 2013, p. 12). Este tinha poder total sobre a mulher e as crianças, cujo dever seria submeterem-se à sua autoridade, de modo a manter a estabilidade familiar, conseguida através da opressão (Dias, 2004a, p. 53; Pagelow, 1984, p. 15; Martins, 2013, p. 16). Assim, perante a lei, as mulheres não podiam processar os maridos por agressões ou abusos, já que isso poderia levar ao desequilíbrio doméstico (Pagelow, 1984, p.15).

Todavia, nas sociedades modernas ocorreram grandes transformações na família, que, fazendo “parte integrante do processo global de mudança social que conduziu à modernidade” (Dias, 2004a, p. 45), tem participado em mudanças demográficas, económicas, sociais e políticas (*ibidem*). Esta mudança social teve como consequência a valorização da vida e, como tal, a violência, as agressões e os abusos passam a ser condenados socialmente (Lourenço e Lisboa, 1992, p. 9). A instituição família começou, assim, a ser marcada pelos afetos, pelos sentimentos e pela ideologia do amor (Mckie, 2005, p. 15). No século XX, a vitória do amor romântico levou a um progresso para “a aceitação da sexualidade pré-conjugal, extraconjugal e homossexual” o que transformou a lógica dos relacionamentos (Dias, 2003, p. 255).

Porém, os conflitos não se extinguiram e continuaram a fazer parte das dinâmicas familiares (Dias, 2004a, p.46), pelo que o amor romântico é também ele fonte de instabilidade e de conflito (*ibidem*). Os relacionamentos nas sociedades modernas, apesar de serem pautados por uma maior escolha e intensidade, não deixam de ser marcados por fortes incompatibilidades que têm implicações ao nível da sua durabilidade (Dias, 2003, p. 256).

Para além disto, a família é privatizada, pelo que a interferência do Estado nos assuntos domésticos não era bem vista (Pagelow, 1984). Esta conjuntura dificultava a prestação de apoio às vítimas por parte das entidades de apoio social (Gelles, 1987a, p. 17), uma vez que este problema social permanecia invisível, dificultando a denúncia de agressões e abusos (Dias, 2004a; Dias, 2013; Mckie, 2005). Consequentemente, a probabilidade de as vítimas serem assassinadas, alvo de agressão ou abuso físico na sua habitação por elementos do seu agregado familiar era muito superior à possibilidade de

tal vir a acontecer por uma pessoa estranha a esse meio (Sousela, 2006, p. 9).

No panorama atual, a invisibilidade da violência doméstica tem sido progressivamente atenuada, devido a certos fenómenos sociais que aconteceram ao longo das últimas décadas. Entre estes, podem mencionar-se a alteração do estatuto social e laboral da mulher, a alteração ao nível do planeamento familiar para a qual contribuíram factores como a idade do casamento, o número de filhos ou a utilização de métodos contraceptivos) e ainda, por último, o desenvolvimento de uma nova estrutura familiar, ligada a mudanças sócio legais, de que é exemplo a implementação do divórcio (Costa, 2005, p. 122; Martins, 2013, p. 19).

Em Portugal, para além destes fatores, é ainda importante salientar que as alterações de lei permitiram criar novos estatutos na família e tornar a violência doméstica punível. Assim, em 1976, com a Nova Constituição, os homens e as mulheres passam a ter igualdade de direitos e deveres em todas áreas da sociedade; dois anos depois, em 1978, a noção de chefe de família é extinta; e, por último, em 1982, os maus tratos entre os cônjuges passam a ser crime¹ (Fernandes, 2002, p. 9).

A implementação de um regime democrático fomentou “uma maior consciencialização e possibilidade do exercício dos direitos individuais e ainda o debate público sobre os direitos das mulheres” (*ibidem*; Martins, 2013, p. 11). Os meios de comunicação social contribuem ainda para uma maior exposição pública deste problema através do reconhecimento da importância deste fenómeno, permitindo que os atores sociais o percecionem como uma questão que necessita de decisões e resoluções (cf. Martins, 2013, p. 12).

Apesar das mudanças sociais que ocorreram e permitiram que o problema da violência doméstica fosse trazido para a praça pública, levando os indivíduos a questionar e a dar mais atenção à família enquanto lugar de conflitos, a sociedade não alterou completamente as perceções do problema, existindo uma aceitação e condescendência para com os ofensores, o que leva a que muitas das vítimas não denunciem a sua situação (Fernandes, 2002, p. 9). A tradição e os valores culturais

¹ Atualmente artigo 152 do Código Penal.

conduzem a que as mudanças de mentalidade das sociedades não sejam imediatas, havendo uma “ (...) continuidade da reprodução de atitudes e situações de desigualdade entre sexos, que se manifestam, principalmente, em situações de injustiça, subalternidade e discriminação das mulheres” (Martins, 2013, p. 11). Estas mudanças de mentalidade, ao nível sociocultural e político das sociedades, acabam por ser um processo de longa duração (*ibidem*).

Houve, assim, uma necessidade de emergência de estudos científicos de modo a permitir um conhecimento empírico do fenómeno, que possibilitou contemplar “os maus tratos no seio familiar como facto social” (Costa, 2005, p. 123) e a apresentação de dados concretos acerca do tema, quando expostos perante a esfera pública. Para além disso, o surgimento de estudos levou a que a ideia da família enquanto instituição ideal fosse colocada em questão (Dias, 2004b, p.19).

1.2. O problema da violência doméstica como objeto de diligências científicas

Apesar da ancestralidade que marca o fenómeno da violência doméstica, apenas a partir do início da década de 70 do século XX é que este tópico conquista o interesse das investigações científicas, da intervenção social e da discussão pública (Dias, 2004a, p. 21; Esteves, 2010, p. 6; Fernandes, 2002, p. 1; Martins, 2013, p. 10).

A descoberta de agressões a crianças no seio familiar e a denominação deste problema como “síndrome da criança batida” (Dias, 1998a, p. 29; Gelles, 1987a, p. 30; Gelles, 1993, p. 3) impulsionaram a análise científica deste problema social, o que posteriormente levou à investigação de outros tipos de violência doméstica (Dias, 1998a, p. 29). Desta forma, na década seguinte, o papel dos movimentos feministas revelou-se determinante para dar visibilidade e denunciar as agressões e a violência sexual de que muitas mulheres foram vítimas no âmbito familiar (*ibidem*; Dias, 2010, p. 246; Burke e Follingstad, 1999, p. 487). O contributo dos movimentos feministas levou

à formulação de debates, a partir dos quais a opinião pública passou a ter uma perspectiva diferente deste fenómeno até então ocultado (Nunan, 2004, p. 1; Fernandes, 2002, p. 9).

Contudo, “o processo de construção de visibilidade científica e social da violência doméstica tem sido acompanhado por inúmeras controvérsias relativas aos significados, definições, medidas, causas, consequências e intervenção pública neste domínio” (Dias, 2004b, p. 19). A investigação deste problema social passou por várias fases de análise, sendo que inicialmente este objeto de estudo estaria comprometido com a determinação dos fatores e das causas da violência.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve alterações ao nível dos objetos de estudo das investigações e, como tal, estes passaram a analisar o carácter das agressões perpetradas contra as mulheres ao nível doméstico, bem como as transformações nas taxas de incidência da violência (Dias, 1998a, p. 29). Consequentemente, estas diversas fases de investigação levaram a que o próprio conceito de violência doméstica sofresse um progresso evolutivo, devido à sua complexidade, multiplicidade e transversalidade (Fernandes, 2002, p. 6). Assim, a violência doméstica “não afecta um único tipo de família, um único grupo de pessoas, um único sexo, uma única faixa etária ou classe social” (Dias, 1998a, pp. 29 e 30).

Estas especificidades e etapas de reflexão marcam o conceito de violência doméstica, causando problemas na criação de uma definição exclusiva (Lourenço e Lisboa, 1992, p. 5). A pluralidade de significados apresentados pelos vários autores faz com que haja uma panóplia de controvérsias em torno da definição do conceito (*ibidem*; Dias, 2004a, p. 91), tornando-se num fenómeno de difícil esclarecimento (Gelles, 1987a, p. 32). Tendo em conta que cada definição exhibe certas especificidades que a distinguem das demais, na sua operacionalização ocorrem profundos problemas metodológicos (Dias, 2004a, p. 91). Assim, a indefinição do conceito torna-se num *transtorno científico*, já que não é possível determinar as fronteiras que separam os vários tipos de violência (Gelles, 1987b, p. 24).

Antes de problematizar o conceito de violência doméstica, importante será expor o conceito de violência. Assim, para Gelles (1987), os termos *violência* e *agressão*

apresentam significados distintos. Segundo o autor, a violência remete para uma ação física, enquanto uma agressão refere-se a uma ação maldosa que tem como objetivo causar dano – físico, psicológico ou de privação material - a outrem (*ibidem*, 1987a, p.32). Outro ponto apontado pelo autor para a dificuldade de definição do conceito é o facto de muitos autores relacionarem o conceito *violência* com outros termos. Dado que este termo apresenta uma conotação negativa, alguns autores optam por elaborar termos com uma conotação mais positiva como *violência prejudicial* e *ações legitimadas de força* (*ibidem*).

Segundo Gelles e Straus (1988) violência seria um ato entendido ou perpetrado com intenção de magoar fisicamente outra pessoa (cf. Gelles, 1987a, p.32). Para Manita (2009), a definição de violência implica que haja “qualquer forma de uso intencional da força, coacção ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de acção intencional que, de algum modo, lese a integridade, os direitos e necessidades dessa pessoa” (p. 10).

No que diz respeito à noção de violência doméstica, Santos (2010) afirma que esta refere-se aos comportamentos abusivos que são perpetrados no agregado familiar, “compreende qualquer acção ou omissão destinada a prejudicar e pode ser perpetrada por um ou vários elementos da família, contra outros” (p.21). Também Pagelow (1984) remete para o facto de a violência doméstica ser exercida por um membro da família através de agressões infligidas noutros elementos da família que, conseqüentemente, tenham efeitos negativos nos direitos pessoais e civis das vítimas (p.21).

Para Ganley (1995), a violência doméstica relaciona-se com eventos cíclicos, isto é, os abusos não são atos nem individuais nem isolados e os relacionamentos acabam por gerar conflitos (p.17). No caso dos casais, a vítima tende a desculpar o comportamento violento do companheiro quando este tenta colmatar a agressão ou o abuso com comportamentos mais positivos, enganado a vítima². Contudo, o agressor vai acabar por voltar a ter comportamentos violentos e quanto mais longos forem os relacionamentos, mais graves serão as agressões e abusos (*ibidem*).

Machado e Gonçalves (2003) apresentam uma definição semelhante, mas

² Fase “Lua-de-mel”.

apontam outros pontos que os autores supramencionados não colocam em evidência. Definem violência doméstica como um conjunto de comportamentos que têm como intuito “infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital” (Machado e Gonçalves cit. por Alves, 2005, p. 2). Para Nunan (2004), por sua vez, a violência doméstica implica que os indivíduos tentem subjugar os parceiros através de abusos físicos e/ou psicológicos (p.2).

Para Manita (2009), o conceito de violência doméstica remete para atitudes violentas continuadas que são exercidas sobre um membro da família e que acabam por ter um efeito negativo na vítima que tem de “viver num clima de medo permanente” (p.11). Os abusos podem ser físicos, psicológicos, sexuais, de isolamento social, económicos, entre outros, os quais permitem ao agressor dominar a vítima (*ibidem*). Estes comportamentos violentos podem ser feitos por outros membros do agregado familiar ou por indivíduos que não habitam nesse agregado mas sejam familiares, companheiros ou ex-companheiros (*ibidem*).

Alguns autores exploram ainda o conceito de violência intrafamiliar. Segundo Day (2003), o conceito refere-se aos comportamentos abusivos perpetrados por um membro da família – incluindo membros sem laços de sangue que fazem o papel de pai ou mãe – que exerce poder sobre a vítima, sendo que os abusos podem ser cometidos fora ou dentro de casa. Aqui, violência seria “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família” (p. 10). Relativamente à violência doméstica em específico, a autora afirma que esta inclui os indivíduos que interajam nas dinâmicas familiares como é o caso de “empregados, agregados e visitantes esporádicos” (*ibidem*).

Também Silva (2007) aborda a questão da violência intrafamiliar, expondo que

entre o agressor e a vítima tem de haver uma relação de intimidade e familiaridade, pelo que esta violência passa por “qualquer ação ou omissão que resulte em dano físico, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano” (p. 96).

Deve ainda salientar-se que na violência doméstica é possível identificar duas dimensões que se interligam: a violência conjugal e a violência nas relações de intimidade. A primeira é menos abrangente do que o conceito de violência doméstica, relacionando-se com os abusos cometidos por “um dos cônjuges, companheiro/a ou ex-cônjuge/ex-companheiro/a sobre o/a outro/a” (Manita, 2009, p. 11). A segunda dimensão permite um alargamento da noção de violência doméstica e conjugal referindo-se à “violência exercida entre companheiros envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos íntimos e não apenas na conjugalidade *strictus sense* (e.g. violência entre casais homossexuais, violência entre namorados)” (*ibidem*). Além disso, aparenta não estar relacionada com as questões do género, mas antes com o facto de um dos membros do casal querer assumir uma posição de poder perante o outro, obtendo o poder no relacionamento (Santos, 2010, p. 24).

A evolução do conceito está também relacionada com o facto de muitas atitudes passarem a ser consideradas violentas (Lourenço e Lisboa, 1992), pelo que as atitudes violentas deixam de ser socialmente aceites mostrando uma transformação na disposição das sociedades (Dias, 1998b, p. 193).

Para além de não haver uniformidade na definição do conceito, também pode haver uma pluralidade de agressões nas vítimas (Pagelow, 1984, p. 21; Silva, 2007). Isto remete para o facto de a violência doméstica ser marcada não só pelo carácter físico mas também pelo carácter emocional, psicológico, simbólico e sexual (Banks e Fedewa, 2012, p. 194; Dias, 1998b, p. 193; Martins, 2013, p. 10).

A violência física remete para o uso da força física para provocar ou tentar provocar danos noutrem, podendo ser utilizada qualquer “tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas” (Day, 2003, p. 10). A violência psicológica e emocional é um tipo de violência que apresenta características silenciosas e, como tal, remete para as atitudes que provocam ou tentam provocar a destruição da autoestima, da identidade ou do desenvolvimento dos indivíduos (*ibidem*; Martins,

2013, p. 21; Silva, 2007, p. 96). Dentro destas atitudes, encontram-se as intimidações, as chantagens, as desvalorizações, as condenações pelo desempenho sexual, os impedimentos de sair do lar (o que provoca o afastamento dos familiares e amigos) entre outras, que se forem levadas ao extremo podem causar na vítima um dano tão grave que a leve a cometer o suicídio (Silva, 2007, p. 96).

Já a violência sexual remete para as atitudes ou atos de um indivíduo que “ (...) em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais contra a vontade, por meio da força física, da influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução), ou do uso de armas ou drogas” (*ibidem*). Neste tipo de violência também pode haver uma desvalorização e humilhação do corpo da vítima, bem como do “desempenho sexual ou sexualidade” (Nunan, 2004, p. 2). É importante ter em atenção que a violência psicológica acontece com mais frequência do que a violência física e sexual (*ibidem*).

Note-se também que a negligência é passível de ser considerada violência doméstica. Esta ocorre quando um ou mais membros da família necessita de auxílio devido à existência de problemas ao nível físico (temporários ou permanentes), relacionados com a idade, e um ou mais elementos da família omitem responsabilidade, não prestando o devido apoio (Day, 2003, p. 10; Silva, 2007, p. 96).

A violência doméstica é, desta forma, um fenómeno social complexo e multifacetado, que apresenta vários conceitos, dimensões e definições.

1.3. A violência doméstica não escolhe sexo nem orientação sexual

Apesar do progresso da investigação sobre o problema da violência doméstica, bem como da compreensão da abrangência do conceito, existem algumas dimensões do fenómeno que ainda são pouco investigadas (Burke e Follingstad, 1999, p. 487; Antunes, 2005, p. 168). Esta situação levou a que os estudos mais recentes passassem a dar mais atenção a essas dimensões pouco exploradas, como é o caso da violência doméstica em casais do mesmo sexo.

Devido ao movimento homossexual, este fenómeno começou a ser destacado na literatura a partir dos anos 80 do século XX (Antunes e Machado, 2005, p. 168; Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 4; Nunan, 2004, p. 1; Topa, 2009, p. 9), mas apenas na década seguinte, segundo Coleman (1994), é que passou a ser cientificamente estudado (Nunan, 2004, p. 1).

É pertinente referir os motivos que impediram, durante uma década, o desenvolvimento das investigações sobre a violência doméstica nos casais do mesmo sexo. A sociedade vê os *gays* e as lésbicas, por um lado, como um grupo social com comportamentos perversos e desviantes o que levou à origem de dilemas por parte dos investigadores em analisar este fenómeno (Burke e Follingstad, 1999, p. 488); por outro lado, a sociedade considera que estes relacionamentos são igualitários e, como tal, a violência não ocorre (Antunes e Machado, 2005, p. 168). Assim, este problema “(...) questiona o pressuposto feminista de que a violência doméstica é causada por sexismo e relações de género desiguais.” (Nunan, 2004, p. 1). As instâncias de justiça também são reguladas por um forte preconceito em relação aos homossexuais e aos seus relacionamentos e isso funcionou como um meio de inibição de denúncias (Antunes e Machado, 2005, p. 168).

No que diz respeito à comunidade homossexual esta mostrou-se reticente em assumir a existência deste fenómeno por considerar que com estes estudos os relacionamentos com pessoas do mesmo sexo iriam passar a ser alvo de mais estereótipos negativos (Antunes e Machado, 2005, p. 168; Knauer, 1999, p. 325; Nunan, 2004, p. 1).

Além disso, estudar esta população através de amostras representativas é muito complexo e quase impossível (Donovan *et al*, 2006, p. 3). Todavia, essa situação não impediu o aumento das investigações acerca desta realidade, que ocorreu principalmente nos países anglo-saxónicos (Topa, 2010, p.13), sendo de salientar que existem mais trabalhos acerca da violência doméstica em casais lésbicos do que em casais *gays* (Brown, 2008, p. 457; Topa, 2010, p. 14).

No contexto português, os estudos sobre esta problemática “vão lançando alguma luz e produzindo conhecimento” (Topa, 2010, p. 14) sobre esta realidade, mas a

sua escassez dificulta a determinação rigorosa da sua amplitude (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 5), o que complica a consciencialização, a divulgação e a intervenção social e política neste domínio.

Para além da escassez científica, estes estudos usam amostras não representativas e de pequena dimensão, “dificultando também o conhecimento fundamentado sobre esta matéria” (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 5). A divulgação nos meios de comunicação social é praticamente inexistente, sendo o fenómeno exposto através de “ (...) reportagens dedicadas especificamente ao tema das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, como em trabalhos enquadrados na temática da violência doméstica em geral (...)” (Topa, 2009, p. 2). Porém, apesar de já existirem alguns estudos e haver alguma divulgação, esta temática continua a ser praticamente ignorada pela sociedade (*ibidem*; Banks e Fedewa, 2012).

O primeiro estudo realizado em Portugal acerca deste fenómeno evidencia a fraca representatividade das amostras. Antunes e Machado (2005) na sua investigação usaram uma amostragem de conveniência, com a participação de 48 mulheres lésbicas e 15 homens *gays* (p. 174). Verificaram que “20.6% dos participantes que estão envolvidos em alguma relação revelam que foram vítimas de pelo menos um acto abusivo durante o último ano, e que 15.9% admitem ter adotado algum tipo de comportamento violento em relação aos seus companheiros” (*ibidem*).

Apesar de haver poucos estudos e também pouca visibilidade do problema em Portugal, isso não impediu que a lei fosse alterada de modo a prever eventuais situações de violência doméstica nos casais do mesmo sexo. Assim na revisão feita em 2007 ao Código Penal, o artigo 152³, destinado ao crime da violência doméstica, passa a abranger “a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação” (Rocha, 2015, p.83).

³ Artigo 152, nº 1, alínea b.

No panorama internacional, mais concretamente nos Estados Unidos da América, a visão heterossexista⁴ reflete a forma como esta sociedade reage a este problema social (Brown, 2008, p. 457), havendo uma falta de sensibilização para a violência doméstica em casais do mesmo sexo (Franklin, 2003, p. 299).

Segundo os diversos estudos realizados, a violência doméstica nestes casais apresenta estimativas semelhantes ou maiores que a violência exercida contra mulheres nos casais heterossexuais (Antunes e Machado, 2005; Banks e Fedewa, 2012; Brown, 2008; Donovan *et al*, 2006; Renzetti, 1996; Santos, 2012). Desta forma, os dados obtidos encontram-se entre os 25% e os 30% e, como tal, podem ser comparados aos resultados alcançados nas investigações acerca dos comportamentos abusivos contra as mulheres nos relacionamentos de sexo oposto (Topa, 2010, p. 14).

Todavia estes também apresentam limitações na recolha de dados válidos e requer que os investigadores façam uma análise prudente dos resultados, especialmente quando analisam os comportamentos abusivos nos relacionamentos lésbicos. Os estudos relativos aos casais lésbicos são pautados por uma larga inconstância nos dados e, como tal, apresentam valores bastante díspares, que vão desde os 17% num estudo e os 73% noutro em relação à ocorrência da violência (Topa, 2010, p. 14).

Segundo Brand e Kidd (1986) nos casais lésbicos as agressões psicológicas são mais constantes do que as agressões físicas, sendo que 25% das lésbicas afirmou ter abusado psicologicamente da companheira (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 4).

Num estudo desenvolvido por Renzetti (1989) verificou-se que as agressões psicológicas foram mais frequentes do que as agressões físicas experienciadas pelos 100 sujeitos que participaram na amostra, sendo que 70 % dos indivíduos responderam que eram frequentemente ou algumas vezes ameaçados verbalmente (Renzetti, 1989, p. 159).

No relatório do projeto sediado em Nova Iorque de combate à violência (2015), denominado Anti-Violence Project (AVP), referente ao ano de 2014, 1700

⁴ Segundo Giddens (2010) o conceito de heterossexismo define-se por “um processo em que os indivíduos não heterossexuais são categorizados e discriminados com base na sua orientação sexual” (p. 134).

sobreviventes⁵ e vítimas de violência doméstica assumiram a sua orientação sexual no inquérito, sendo esse número composto por 49% de *gays*, por 20% de lésbicas e por 12% de heterossexuais⁶. A tabela 1 mostra que ocorreram oscilações percentuais entre 2013 e 2014 no número de indivíduos que revelaram a sua orientação sexual e que foram vítimas de violência. No caso dos *gays* em 2014 a percentagem aumentou 6% em relação aos dados obtidos no ano anterior; nas lésbicas houve um decréscimo de 3% quando comparado com o ano de 2013; e em relação aos heterossexuais⁷ não foram mencionados valores para o ano de 2013, mas em 2014 apenas 12% das vítimas e sobreviventes de violência doméstica eram heterossexuais. Isto mostra que os casos de violência doméstica exercida nos relacionamentos *gays* são consideráveis e parecem estar a aumentar quando comparados com o número de casos de violência em relacionamentos lésbicos.

Tabela 1 - Valores sobre a orientação sexual de sobreviventes e vítimas de violência doméstica

Orientação sexual de sobreviventes e vítimas de violência doméstica	2013	2014
<i>Gay</i>	43%	49%
Lésbicas	23%	20%
Heterossexuais	---	12%

Fonte: AVP (2015)

A tabela 2 mostra os números obtidos em relação ao autor dos abusos depois de a vítima ter reportado a situação. Assim pode-se verificar que em relação aos *gays* que foram agressores não é possível fazer uma comparação com o ano de 2013, já que no relatório não foram apresentados dados relativos a esse ano. No entanto no ano de 2014 verifica-se que 39% dos *gays* tiveram comportamentos abusivos com os seus companheiros. Em relação às lésbicas existe um decréscimo na percentagem de

⁵ No referido relatório não é especificado de que situação é que os indivíduos são sobreviventes.

⁶ Ainda fazem parte os sobreviventes e vítimas bissexuais (12%) ou *queer* (4%) e cerca de 4% dos sobreviventes auto-identificados ou identificados como interrogatório (AVP, 2015, p. 19).

⁷ Os dados englobam homens e mulheres.

mulheres que tiveram comportamentos agressivos para com as suas companheiras, sendo que em 2013 o número de lésbicas acusadas de serem violentas com as suas parceiras apresentava um valor maior do que em 2014 – 27% e 19%, respetivamente. Em relação aos heterossexuais que cometeram atos de violência contra as companheiras ou companheiros houve um aumento de 7%.

Tabela 2 - Valores sobre a orientação sexual do parceiro/a que cometeu os abusos

Orientação sexual do parceiro/a que cometeu os abusos	2013	2014
<i>Gay</i>	---	39%
Lésbicas	27%	19%
Heterossexuais	27%	34%

Fonte: AVP (2015)

Os vários estudos e dados expostos revelam que a violência também faz parte dos casais compostos por indivíduos do mesmo sexo, contudo os dados científicos são mais escassos neste universo quando comparado com os dados em relação à violência que ocorre em casais de sexo oposto.

Desta forma, as investigações já realizadas sobre os comportamentos abusivos que ocorrem em casais do mesmo sexo, inevitavelmente, são marcadas por uma comparação com as situações de violência que acontecem em casais de sexo oposto.

1.3.1. Casais do mesmo sexo vs. Casais do sexo oposto: semelhanças e diferenças dos comportamentos abusivos

A violência doméstica em casais do mesmo sexo apresenta algumas diferenças e semelhanças em relação aos casais de sexo oposto. Contudo as investigações tendem a dar uma maior ênfase às diferenças (cf. Costa, Machado e Antunes, 2006, p.6), o que

exigiu que houvesse uma adaptação dos mecanismos que explicam as circunstâncias da violência doméstica. Desta forma, com a “roda do poder e do controlo”, ou o chamado modelo de Duluth (Domestic Abuse Intervention Programs)⁸, “criada para explicitar as dinâmicas de violência doméstica e conjugal (em casais de sexo diferente), foi sendo sucessivamente adaptada às particularidades da violência entre parceiros íntimos LGBT” (Topa, 2010, p. 14). Esta adaptação do modelo salienta certos aspetos a ter em conta e que envolvem a violência doméstica em casais do mesmo sexo, como é o caso do heterossexismo e da homofobia.

Estas particularidades ou diferenças remetem para o facto de a comunidade homossexual ser alvo de preconceito sexual (*ibidem*; Nunan, 2004). Neste contexto é dirigido aos grupos de homossexuais, dando-se destaque, mais uma vez, à estrutura heteronormativa⁹ das sociedades (Nunan, 2004, p. 5).

O preconceito sexual é então um conjunto de “atitudes negativas direccionadas a um determinado individuo (ou grupo) por causa da sua orientação sexual” (*ibidem*). Este tipo de preconceito pode ainda ser internalizado ou institucionalizado. No caso do preconceito internalizado, este aparece quando os estereótipos sociais são tão fortes que os indivíduos tendem a aceitá-los (*ibidem*, p.6) e começam a recluir, a recusar e a repudiar a sua orientação sexual homossexual (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 7). Pode expressar-se através “de questionamentos sobre o seu valor enquanto individuo, ou chegar mesmo ao sentimento de ódio por si mesmo” (*ibidem*). Estes fatores podem conduzir os indivíduos a desenvolver depressões e um conjunto de sentimentos negativos (medo, culpa, insegurança, vergonha entre outros), mas também podem criar dificuldades de começo e preservação dos relacionamentos, levar a comportamentos de risco, como o alcoolismo e a toxicodependência, entre outros problemas (*ibidem*; Nunan, 2004, p. 7).

No que diz respeito ao efeito que tem na violência doméstica, o preconceito internalizado atinge tanto a vítima como o agressor (Coleman, 1994; Nunan, 2004).

⁸ Anexo 1.

⁹ “A viewpoint that expresses heterosexuality as a given instead of being one of many possibilities for a person’s sexual orientation. Heteronormativity is often expressed subtly where heterosexuality is “accepted” as the default sexuality” (AVP, 2015, p.12).

Relativamente à vítima, o preconceito internalizado pode levar a que esta veja a violência como forma de condenação pelo seu relacionamento homossexual, ou seja, a vítima considera que merece as agressões e os abusos por manter uma relação homossexual (Costa, Machado e Antunes, 2006; Nunan, 2004). No caso dos agressores, as agressões podem ser cometidas como meio de combater a “baixa autoestima e inadequação sexual” (Nunan, 2004, p.7), mas também podem estar relacionadas com o facto de o agressor ver no parceiro algumas características da sua identidade sexual que o deixam incomodado (*ibidem*).

O preconceito institucionalizado acontece quando os atores ou as estruturas sociais marginalizam os homossexuais (*ibidem*, p.5). Segundo vários estudos, essa marginalização é sentida na esfera pública e privada e no acesso a empregos e a organismos governamentais como a polícia, instituições sociais (Costa, Antunes e Machado, 2006, p.7). Esta situação potencia a invisibilidade da violência doméstica nos casais do mesmo sexo, uma vez que muitas vítimas não procuram ajuda com receio dessa marginalização, que pode acontecer quer ao nível familiar como social e governamental (*ibidem*).

É neste contexto de preconceito e discriminação que se cria um silenciamento por parte da comunidade homossexual em relação a este problema, o que torna a violência doméstica entre casais do mesmo sexo num *segundo armário*¹⁰ (Nunan, 2004, p. 13; Topa, 2009, p. 9). Esta noção, exposta por diversos autores, também evidencia a marginalização sofrida por esta população que é causada pela censura da homossexualidade e pela homofobia social¹¹ (Topa, 2010, p. 14). Esta combinação de fatores vai causar uma *dupla invisibilidade* (Antunes e Machado, 2005) e no caso dos relacionamentos lésbicos esse silêncio e discriminação social podem ser mais nocivos,

¹⁰ Segundo Nunan (2004) esta expressão faz uma ligação com o termo *primeiro armário* que se refere quando a homossexualidade dos indivíduos é assumida, sendo que neste seguimento o termo *segundo armário* refere-se à exposição do problema de violência doméstica (p. 13).

¹¹ Conceito foi concebido por Weinberg em 1972 e teve como finalidade “descrever as atitudes sociais e comportamentos negativos experienciados em relação aos indivíduos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero) e revelou-se importante para compreender a discriminação de que eram alvo ao longo da vida e nos seus diversos domínios” (cf. Cardoso, 2011, p.5).

uma vez que pode levar a que estas pessoas tenham um *status* social marcado por um duplo *stress minoritário*¹² (cf. Brown, 2008, p. 459; Topa, 2010, p. 14).

Este tipo de *stress* nos grupos minoritários caracterizados por uma tensão sexual pode deflagrar devido à ansiedade pela revelação da orientação sexual, crimes de ódio, discriminação, homofobia, entre outros fatores (Brown, 2008, p. 459). Assim alguns estudos mostram que o *stress minoritário* está ligado aos relacionamentos de pouca qualidade, mas também com a vitimização e a perpetração que marcam os relacionamentos íntimos abusivos (*ibidem*).

Outra diferença a assinalar entre a violência doméstica nos casais do mesmo sexo e os casais de sexo oposto passa pela violência de caráter emocional e psicológico que atinge os casais homossexuais: o *outing* a ou ameaça de *outing* (Antunes e Machado, 2005; Banks e Fedewa, 2012; Brown, 2008; Costa, Machado e Antunes, 2006; Franklin, 2003; Nunan, 2004). Este tipo de violência emocional e psicológico consiste numa estratégia de controlo e intimidação de “revelação (ou ameaça de revelação) indesejada da orientação sexual do parceiro se este tentar abandonar a relação” (Costa, Machado e Antunes, 2006, p.8).

Estar num relacionamento homossexual não significa que a orientação sexual já foi assumida, pelo que uma revelação indesejada pode levar à perda de emprego, à danificação das relações familiares e sociais, à perda da custódia dos filhos, no caso de existirem de um relacionamento heterossexual anterior (*ibidem*) e, por último, pode ter consequências no envolvimento na comunidade homossexual, já que a denúncia da violência pode ser uma situação vergonhosa para a própria comunidade (Brown, 2008, p. 458). Assim, decorre do preconceito e da marginalização social e torna-se numa forma de controlo no próprio relacionamento (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 8), mas também é um fator de *stress* presente nas relações homossexuais (Banks e Fedewa, 2012, p. 198).

¹² Brooks (1981) define *stress minoritário* como “The cultural ascription of inferior status to particular groups. This ascription of defectiveness to various categories of people, particularly categories based on sex, race, and sociosexual preference, and often precipitates negative life events...over which the individual has little or no control” (Brooks cit. por Brown, 2008, p.459).

Por último, temos de ter em conta que a infeção VIH poder potenciar a violência entre casais do mesmo sexo e impossibilitar que a vítima abandone a relação. Quando os agressores são seropositivos, a vítima pode alegar que as agressões e abusos são resultado da doença ou da quantidade de medicação, mas também pode ficar com um sentimento de culpa por abandonar a relação quando o companheiro está doente (Nunan, 2004, p. 9). Quando as vítimas são seropositivas (VIH), estas podem ter receio de morrer sozinhas, caso contraíam a síndrome da SIDA¹³, sendo que isso dificulta o abandono do relacionamento abusivo (*ibidem*, p. 8). Para além disso, o desenvolvimento de um forte preconceito internalizado por parte das vítimas também contribui para uma maior resistência para abandonar o relacionamento, já que esse preconceito pode ser reforçado devido à marginalização que os indivíduos seropositivos sofrem na sociedade (*ibidem*).

Em relação às semelhanças entre a violência doméstica nos casais do mesmo sexo e nos casais heterossexuais podemos afirmar que ambas passam por um ciclo de incidentes que se vão repetindo e agravando, podendo levar à morte do companheiro que sofre as agressões (*ibidem*; Brown, 2008). Outra semelhança reside no facto de serem comportamentos invasivos, pelo que as agressões podem ser físicas, psicológicas e sexuais (Banks e Fedewa, 2012, p. 198) apresentando, as vítimas de qualquer tipo de relação, mazelas psicológicas como consequência da violência que sofreram (Brown, 2008, p. 458).

As vítimas homossexuais, assim como as heterossexuais, tendem igualmente a legitimar a atitude dos agressores, “acabando por se convencer de que a conduta violenta perpetrada pelo companheiro é, de algum modo, culpa sua e que, como tal, poderia ser evitada por si” (Costa, Machado e Antunes, 2006, p.6). Já o agressor não admite ser o responsável pelas agressões, coloca a culpa na vítima ou prefere afirmar que estes comportamentos abusivos não existem (Nunan, 2004, p.3).

¹³ Nem todos os seropositivos de VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana) são portadores de SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida). A SIDA é um conjunto de sinais e sintomas bem definidos que podem surgir em indivíduos com a infeção pelo VIH.

Com isto verificamos que o fenômeno da violência doméstica em casais do mesmo sexo é um problema que apresenta algumas diferenças, mas também semelhanças em relação à violência doméstica em casais de sexo oposto. Trata-se de um tipo de violência que carece de maior exposição e intervenção social, bem como de um maior aprofundamento ao nível científico.

Desta forma, consideramos que a análise das representações sociais acerca da violência doméstica entre casais do mesmo sexo é relevante, uma vez que permite ter um conhecimento mais profundo sobre as noções e percepções que os indivíduos têm acerca deste problema social.

Capítulo 2 – Representações sociais sobre violência doméstica entre casais do mesmo sexo

Neste capítulo analisa-se o conceito de representação social, o seu desenvolvimento ao nível científico e no âmbito das ciências sociais e humanas. Posteriormente analisa-se o papel das representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo.

2.1. A evolução do conceito de representação social

A temática das representações sociais começou a ser estudada na Sociologia pela Escola Francesa através de Durkheim (1898), que estabeleceu uma diferença entre representações individuais de coletivas (Junqueira, 2005, p. 145). Este autor apresenta as representações individuais como um conceito direcionado para o conhecimento produzido ao nível pessoal dos indivíduos, como pensamentos e ideias, mas as representações coletivas resumem o que os atores sociais consideram acerca deles próprios e acerca da realidade social de que fazem parte (cf. Oliveira, 2012, p.71). As representações coletivas são, então, “fruto da interação e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si” (Oliveira, 2012, p. 71), mas estas suplantam os indivíduos e alcançam uma realidade e liberdade próprias (*ibidem*).

Contudo, nas teorias clássicas da Sociologia este conceito não teve uma posição central, pelo que apenas nas teorias contemporâneas é que passa a ter um maior destaque nos estudos sociológicos (Junqueira, 2005, p. 145). O conceito de representações coletivas de Durkheim (1898) é recuperado na década 60 do século XX, pelo autor Serge Moscovici (1961) na obra *La Psychanalyse, son image, son publique*, desenvolvendo o conceito para representações sociais, o que permitiu o seu alargamento

para outras áreas de investigações (Moscovici, 1979; Arruda, 2002; Costa, 2005; Sêga, 2000; Oliveira, 2004; Wachelke e Camargo, 2007).

Moscovici (1979) permitiu, assim, que o conceito de representações coletivas de Durkheim (1898) sofresse uma evolução na medida em que ao ser desenvolvido na vertente da Psicologia Social, os sentidos e os significados passaram a fazer parte do conceito (Moscovici, 1979). Desta forma, deixa de ser exposta a noção de representações coletivas e passa a ser utilizada a noção de representações sociais (Oliveira, 2012). Com a transformação do conceito, Moscovici (1979) quis, simultaneamente, “estudar a dimensão social e individual” das mesmas (Junqueira, 2005, p. 147).

Para além disso, quis perceber como é desenvolvido o conhecimento e qual o seu impacto nas dinâmicas sociais, isto é, interessou-se por entender como é que a sociedade é transformada e constituída pela triangulação dos grupos, atitudes e ideias sociais (Moscovici, 1979; Arruda, 2002; Oliveira, 2004; Topa, 2009). Assim, constatou que, por um lado, as atitudes dos indivíduos e dos grupos (incluindo os minoritários) e as suas disposições sociais tornam os processos de mudança social dependentes destes, mas, por outro, também são ligeiramente independentes do sistema social (Oliveira, 2004, p. 181). Os processos de mudança social são manipulados quer pelos grupos majoritários quer pelos minoritários (*ibidem*).

As representações sociais fazem parte do pensamento prático dos indivíduos. São as “representações mentais do mundo e dos outros que fornecem avaliações cognitivas comuns a diferentes grupos” (Costa, 2005, p. 121) e é isso que vai possibilitar que haja o desenvolvimento de uma comunicação entre os vários grupos sociais (Moscovici, 1979, p. 30; Moscovici, 1988, p. 237; Sêga, 2000, p. 128; Topa, 2009, p. 4). Deste modo, contribuem para a composição de uma realidade análoga a um grupo social, devido aos valores, imagens e percepções que são socialmente partilhados (Moscovici, 1979, p. 52; Costa, 2005, p. 121). Além disso espelham os valores e normas sociais que compõem a sociedade onde os indivíduos estão incluídos, já que estas desenvolvem uma “interacção entre informação recolhida do exterior e a sua organização interna activa” (*ibidem*). É através destas que os atores sociais constroem

uma ligação entre o mundo e as coisas, uma vez que é um saber objetivo que permite dar sentido aos acontecimentos considerados normais para que a realidade social possa ser construída socialmente (Moscovici, 1979; Sêga, 2000; Topa, 2009; Wachelke e Camargo, 2007).

Contudo só a partir dos anos 1980 com a dimensão cultural a ter uma maior relevância nos fenómenos sociais e por não existir uma clarificação para essa situação, o uso do conceito de representação social tornou-se essencial levando ao seu aprofundamento (Junqueira, 2005, p. 145). Assim a teoria das representações sociais “é uma forma sociológica de psicologia social (...) com ênfase no estudo das relações intergrupais e numa abordagem cultural e societal dos processos sociopsicológicos” (Wachelke e Camargo, 2007, p. 379).

Esta teoria tem como pressuposto que os atores sociais desenvolvem “categorias de pensamento da sociedade”, pelo que o conhecimento científico do senso comum não constitui uma falha na cientificidade (*ibidem*). Isso permite que o conceito seja operacionalizado com o intuito de estudar a diversidade e a dinâmica do pensamento social (*ibidem*), ou seja, parte “da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar” que são orientadas por objetivos distintos (Arruda, 2002, pp. 129 e 130). Essas formas têm lógicas que são operacionalizadas através de regras distintas (Wachelke e Camargo, 2007), podendo ser consensuais e científicas pelo que isso permite que criem o seu próprio contexto (Arruda, 2002, p. 130). O contexto consensual remete para as interações e diálogos informais que se desenvolvem no meio social e o contexto científico remete para a contextualização dos modelos de linguagem e a hierarquia interna (*ibidem*).

As representações sociais passam por um processo de estudo diferente, já que procuram criar conhecimentos válidos acerca de uma realidade que pode ser algo estranha para os indivíduos (Wachelke e Camargo, 2007, p. 379; Cardoso, 2011, p. 12). Existe uma ligação entre o familiar e o não-familiar para os sujeitos, já que “as representações que nós fabricamos são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade” (Cardoso, 2011, p. 12). Assim estas possibilitam que as situações

não-familiares se transformem em situações que fazem parte do universo físico e mental dos indivíduos (*ibidem*).

Para que seja possível transformar algo não-familiar em realidade é necessário ter em conta dois princípios postulados por Moscovici (1961): a ancoragem e a objetivação (*ibidem*; Spink, 1993).

A ancoragem tenta diminuir as “ideias estranhas a categorias e a imagens comuns, colocá-las num contexto familiar, fazendo com que o estranho possa ser integrado num sistema anteriormente existente” (Cardoso, 2011, p. 13). Esta não é feita através de um processo “intra-individual”, mas tendo em conta a realidade social que é experienciada pelos atores sociais (Spink, 1993, p. 306) constituindo, desta forma, um momento inicial para a interpretação de determinados fenómenos ou objetos (Topa, 2009, p. 7). A objetivação é um processo pelo qual os indivíduos transformam as ideias abstratas em ideias concretas, que acabam por se tornar numa realidade externa (Cardoso, 2011; Moscovici, 1988; Spink, 1993; Topa, 2009). Desta forma, a realidade é marcada por uma representação subjetiva e esta tem de estar adaptada a um indivíduo ou grupo de modo a ser “reconstruída no seu sistema cognitivo e integrada no seu sistema de valores” (Cardoso, 2011, p. 15).

As representações são uma perspetiva funcional do mundo, pelo que os atores ou grupos sociais recorrem a elas para estruturarem as suas condutas e terem um sistema de padrões que lhes facilite a compreensão da realidade para demarcarem o lugar a que pertencem na sociedade (*ibidem*). O conceito de representação social é definido como um pensamento que é socialmente construído e partilhado pelos indivíduos, que tem uma finalidade de produzir uma realidade comum a um grupo social (*ibidem*).

Este conceito remete para a necessidade de uma estruturação dos significados que estão dependentes de um conjunto diverso de fatores. Estes são exteriores à situação dos sujeitos no contexto sociológico e ideológico, mas também provêm da “natureza, das limitações da situação, do contexto imediato, da finalidade da situação” (*ibidem*, p. 16). Desta forma, as representações sociais permitem direcionar as ações e relações sociais dos indivíduos, num determinado contexto social, através de um sistema de significação da realidade (*ibidem*).

Assim é importante analisar as representações sociais que existem em relação à violência doméstica em casais do mesmo sexo, uma vez que a homossexualidade é uma questão rodeada de controvérsia e, como tal, as representações sociais marcam a forma como a identidade sexual dos indivíduos é socialmente construída e reprimida (Costa, 2008, p. 14). Essas representações sociais acerca da homossexualidade acarretam complicações na forma como os indivíduos veem determinados problemas que marcam os relacionamentos homossexuais, como é o caso da violência doméstica.

2.2. O impacto das representações sociais no problema da violência doméstica entre casais do mesmo sexo

Sendo as representações sociais um processo de transformação de uma realidade não-familiar para uma realidade familiar, através da ancoragem e da objetivação, a violência doméstica em casais do mesmo sexo necessita da construção de uma representação social específica acerca do fenômeno, sendo esta importante para desmistificar mitos relacionados com os motivos ou fatores para a ocorrência dos comportamentos abusivos nestes relacionamentos (Topa, 2009, p. 8).

Apesar deste fenômeno, ser marcado pela invisibilidade e pela discriminação e de prevalecer, nas nossas sociedades a visão heteronormativa, tal não impede que quer os indivíduos homossexuais, quer os heterossexuais possuam representações específicas sobre a violência em casais do mesmo sexo (*ibidem*). Assim, tendo em conta, a visão heteronormativa que estrutura as sociedades dos nossos dias vão sendo criados mitos acerca deste problema social. Tais mitos têm influência na forma como as vítimas reagem a estas dificuldades (Brown, 2008, p. 458; Nunan, 2004, p. 9), mas também têm impacto nas representações sociais que os indivíduos desenvolvem acerca deste problema (Nunan, 2004, p. 9; Topa, 2009, p. 24).

Existem dois grandes pressupostos que condicionam as representações sociais acerca deste problema. Um afirma que apenas os homens são agressores e não vítimas e,

como tal, os atos de violência são sempre perpetuados pelos homens contra mulheres, pois estas não são violentas (Banks e Fedewa, 2012, p. 196; Brown, 2008, p. 460; Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 10; Nunan, 2004, p. 9); o outro acrescenta que os indivíduos heterossexuais têm mais dificuldade em abandonar os relacionamentos do que os indivíduos homossexuais (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 10; Nunan, 2004, p. 9).

O primeiro sustenta-se no estereótipo de que os homens não são vítimas de violência e, em caso de agressão (quer seja de outro homem ou de uma mulher), deve saber defender-se, o que coloca em causa o pressuposto da masculinidade, em especial, no caso da violência entre casais *gays* (Brown, 2008; Nunan, 2004). Em relação à violência doméstica lésbica, é colocado em causa o pressuposto feminista, que vê as agressões a mulheres como questões de desigualdade de poder entre os géneros (Nunan, 2004). Desta forma, “os dicotómicos papéis de género associados à construção sociocultural da mulher (e do homem) tendem a descurar a possibilidade de as mulheres serem agressoras no contexto de uma relação íntima” (Santos, 2012, p. 6). Os papéis de género e a desigualdade de poder leva a que a violência doméstica em casais do mesmo sexo seja percecionada como uma disputa igualitária e, como tal, não é tida como violência enquanto tal (Brown, 2008, p. 460; Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 10; Nunan, 2004, p. 10).

O mito de que *gays* e lésbicas têm mais facilidade em abandonar a relação violenta do que os indivíduos heterossexuais tem como base o estereótipo de que os relacionamentos entre indivíduos do mesmo sexo são apenas relacionamentos de carácter sexual e de pouca duração (Nunan, 2004, p. 12). Todavia os relacionamentos homossexuais apresentam características semelhantes em termos de esforço para manutenção da relação tal como os casais heterossexuais (*ibidem*), observando-se, de igual modo, que “entre os elementos da relação homossexual existe um elevado nível de proximidade e ligação”, que pode dificultar o abandono do relacionamento (Antunes e Machado, 2005, p. 171). Por outro lado, quando ocorre violência, as vítimas nem sempre querem expor a situação para não serem humilhadas e rejeitadas, uma vez que essa exposição pode implicar a revelação da orientação sexual a familiares, a colegas de

trabalho ou amigos (Nunan, 2004, p. 11). Para além disto, a comunidade homossexual tende a não aceitar o problema da violência doméstica, fomentando ainda mais o sentimento de isolamento por parte das vítimas (Brown, 2008, p. 460). Desta forma, as relações com pessoas do mesmo sexo são vistas pela sociedade “como igualitárias, imunes à violência íntima e a acreditar na suposta facilidade (emocional e financeira) que a vítima teria em abandonar a relação, como se as relações fossem meramente sexuais” (Pereira *in* Público, 2009).

É, então, importante desconstruir estes mitos. Para o efeito, na nossa pesquisa avançamos para a recolha de informação através de uma estratégia metodológica qualitativa, com vista a conhecermos os significados e representações que os indivíduos homossexuais e heterossexuais têm acerca do fenómeno da violência íntima entre casais do mesmo sexo.

Capítulo 3 – Metodologia e estratégia de pesquisa

Através deste estudo pretende-se compreender as representações sociais que os homossexuais e heterossexuais jovens, nomeadamente situados na faixa etária entre os 20 e os 25 anos, têm acerca da violência doméstica entre casais do mesmo sexo. Para o efeito, definimos um conjunto de objetivos e perguntas de partida orientadoras da pesquisa. Depois da sua apresentação, segue-se uma explicitação abordagem metodológica aplicada neste estudo.

3.1. Objetivos e modelo de análise

A violência doméstica é um problema social antigo, mas só muito recentemente passou a ser alvo de estudo científico e, conseqüentemente, isso alterou a preocupação social e política em torno da mesma. (Dias, 1998a, p. 29). Assim nos últimos anos tem-se verificado uma mudança ao nível da divulgação deste problema, “ (...) havendo uma rápida expansão da consciência de que a violência doméstica começa a atingir proporções graves” (*ibidem*).

Se outrora a violência doméstica era um assunto que fazia parte da esfera privada, agora o aumento da consciencialização dos atores sociais levou a uma maior condenação e exposição na praça pública deste fenómeno e, como tal, isso influenciou as representações sociais existentes. Tal consciencialização foi alcançada devido, de igual modo, aos meios de comunicação social que têm um papel de grande relevância, já que são um veículo de exposição do fenómeno e dão-lhe um certo mediatismo. Todavia, nem toda a violência doméstica é exposta e divulgada da mesma forma, como acontece com a que ocorre em casais do mesmo sexo, cuja a sociedade parece não lhe dar grande importância (Banks e Fedewa, 2012, p. 195). Isso acontece pelo facto de a homossexualidade ainda ser “um assunto bastante flutuante, dúbio e controverso”

(Cardoso, 2011, p. 4), o que acaba por dificultar a consciencialização para um problema que também marca esta comunidade.

Desta forma, torna-se pertinente estudar sociologicamente as representações sociais que existem acerca da violência doméstica em casais do mesmo sexo, que constitui, como já foi referido, o nosso objeto de estudo. Pretende-se perceber o nível de consciencialização que existe sobre este problema social, tendo em atenção que a sociedade ainda é muito marcada por uma visão heterossexual e homofóbica.

Estando intimamente relacionada com o objeto de estudo proposto, as nossas questões de partida devem respeitar algumas condições. Num primeiro plano deve ser operacional, sendo que essa operacionalidade é conseguida através de uma interrogação clara; em segundo lugar, deve ser exequível, isto é, deve ser viável para análise e, por último, deve ser pertinente “de modo a servir um fio condutor” numa investigação social (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 41).

Tendo em conta estes requisitos formulou-se as seguintes questões orientadoras do nosso estudo, designadamente: *Quais são as representações sociais que os indivíduos têm acerca da violência doméstica entre casais do mesmo sexo? Quais são as perceções sobre a atuação da comunidade gay em relação à violência doméstica em casais do mesmo sexo? Qual é o papel dos meios de comunicação social na divulgação da violência doméstica em casais do mesmo sexo?*

Tendo, por referência tais questões de partida, formulámos uma hipótese central, cuja natureza é meramente exploratória, a saber: as representações sociais sobre a violência entre casais do mesmo sexo são distintas em função da orientação sexual dos jovens.

Na linha de tais interrogações e da hipótese supramencionada foram formulados os seguintes objetivos:

- Estudar as perceções e o grau de conhecimento que existe sobre a violência doméstica entre casais do mesmo sexo;
- Conhecer os motivos/fatores que estão na origem deste tipo de violência e se são iguais ou diferentes das razões que levam à violência em casais de sexo oposto;

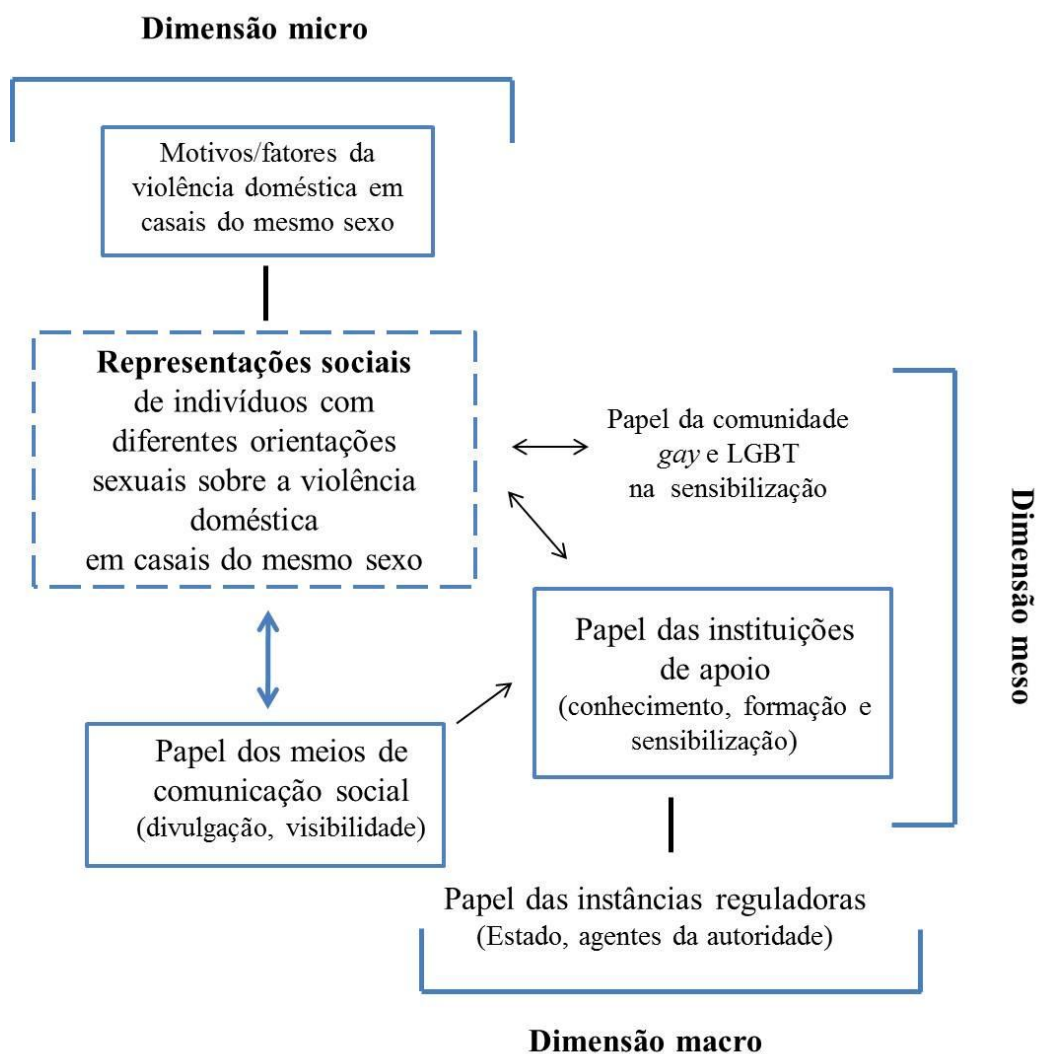
- Analisar o grau de visibilidade e divulgação pelos meios de comunicação social da violência doméstica em casais do mesmo sexo;
- Determinar se existe conhecimento de instituições sociais direcionadas para apoiar vítimas homossexuais que sofrem violência nos relacionamentos;
- Compreender se este tipo de violência é causado por questões de discriminação face à orientação sexual, de género ou de poder;
- Compreender quais são as perceções sobre o papel da comunidade *gay* em relação a este problema.

No modelo de análise apresentado na figura 1, pretende-se dar conta do conceito principal da investigação, estando a mesma estruturada em três dimensões, a saber: a microssociológica, mesossociológica e a macrossociológica.

A primeira dimensão é central no estudo, já que pretendemos compreender quais são as representações sociais dos jovens heterossexuais e homossexuais sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo. Tais representações sociais são estudadas através dos testemunhos de jovens homossexuais que se identificam com a comunidade *gay* e LBGT e outros que são heterossexuais. Desta forma, foi importante conhecer a opinião destes informantes acerca das semelhanças e diferenças que estão na origem dos motivos e fatores que levam à violência nos relacionamentos homossexuais, do papel dos meios de comunicação social, das razões que dificultam o abandono do relacionamento abusivo, assim como sobre as questões da homofobia e discriminação social, a procura de auxílio por parte das vítimas e a denúncia às autoridades.

A segunda e a terceira dimensões não tendo um papel tão central no nosso estudo são de grande importância, na medida em que se pretendeu conhecer, igualmente, a partir do discurso dos participantes no estudo, o papel da comunidade *gay* e LBGT na divulgação, prevenção e sensibilização para o problema, assim como o das instituições/associações de apoio às vítimas e o das instâncias reguladoras.

Figura 1 – Diagrama do modelo de análise



3.2. Abordagem metodológica

Qualquer pesquisa deve obedecer a uma estratégia de investigação e ter em consideração metodologias específicas.

Uma vez que o objeto de estudo desta investigação são as representações sociais acerca da violência doméstica em casais do mesmo sexo adotamos uma metodologia qualitativa, pois é a abordagem que melhor se adequa à análise e compreensão das visões e significados “que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social” (Creswell, 2010, p. 26). A abordagem qualitativa integra uma panóplia “de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenômenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente” (Deslauriers cit. por Guerra, 2006, p. 11).

Além disso, possibilita “um posicionamento fenomenológico de valorização e tentativa de apreensão da subjetividade, de análise dos discursos subjetivos e da forma como são linguisticamente construídos” (Machado, 2012, p. 38), sendo que para alcançar estas dimensões é necessário a utilização de métodos e técnicas de investigação adequados (*ibidem*).

Segundo Fernandes (1998) no desenvolvimento do objeto de estudo nas investigações sociológicas é necessário que haja uma reflexividade que tenha em atenção a formas de atuação dos atores sociais (p. 24), sendo que a realidade social é composta por um espaço de liberdades e não apenas por “estruturas, leis ou sistemas de relações que se manifestam em regularidades sociais consideradas como mundo natural oferecido à observação” (*ibidem*).

Tendo em consideração que o objeto de estudo é complexo e ainda pouco explorado, o foco de análise não passa por interagir com as vítimas ou agressores, mas antes entender, através das interpretações dadas, como é que os jovens contemplam este problema social. Deste modo, facilita a observação de uma dimensão de análise em relação a uma problemática que carece de estudos científicos (Creswell, 2010) e, neste contexto, permite “apreender a variabilidade de relações entre as práticas de violência

doméstica e os significados que lhe são atribuídos pelos actores através das suas interações sociais (Dias, 1998a, p. 34).

Todavia o método qualitativo é marcado por uma imensa multiplicidade de práticas de pesquisa (Guerra, 2006), a qual é “por vezes explorada pelos seus detractores como um sinal de falta de coerência teórica” (Aires, 2011, p. 18). Mas se, por um lado, essa heterogeneidade possibilita que o conhecimento acerca das problemáticas seja mais vasto, por outro, leva a que o investigador tenha de escolher quais as práticas de pesquisa a usar, o que acaba por representar um desafio metodológico (*ibidem*). Além disso há “(...) uma estreita relação entre o modelo teórico, estratégias de pesquisa, métodos de recolha e análise de informação, avaliação e apresentação dos resultados do projecto de pesquisa” (*ibidem*, p. 14).

Tendo isto em consideração os investigadores optam por uma determinada estratégia de pesquisa que abrange “um conjunto de capacidades, pressupostos, pressuposições e práticas”, que utilizam conforme transpõem do campo teórico para o empírico (*ibidem*, p. 21).

O estudo de caso é o método seguido nesta pesquisa. Este método permite que o objeto de estudo seja analisado intensivamente, apesar de ser visto como um método pouco fiável, pouco objetivo e pouco rigoroso quando comparado com o método de análise extensivo (Machado, 2012). É um método amplo, que se caracteriza por uma estratégia de recolha e análise de dados e permite construir conhecimento acerca de indivíduos, grupos, organizações, entre outros (Yin, 1994). Desta forma, independentemente do fenómeno estudado, permite que os investigadores tenham uma perspectiva holística (*ibidem*, p. 4) e, como tal, devem usar os métodos próprios de recolha e análise de dados empíricos que fazem parte do estudo de casos (Aires, 2011).

Para Colás (1992) este método é mais adequado para o conhecimento “(...) de múltiplas realidades, aludindo às interações entre investigador e contexto e de outros factos que possam ocorrer ao longo da pesquisa e, finalmente, facilita a comunicação entre os participantes, alimentando o intercâmbio de percepções” (Aires, 2011, p. 22).

O uso exclusivo de uma metodologia qualitativa é determinado por critérios que direcionam o investigador para a adoção dos métodos e das técnicas mais apropriadas

para a investigação (Ritchie, 2003). O caráter qualitativo não é alcançado obrigatoriamente através dos recursos utilizados, mas a partir do “referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo” (Duarte, 2004, p. 215).

Tendo em consideração a escolha da estratégia de pesquisa, é de grande importância “a captação dos processos interpretativos dos indivíduos acerca do mundo social, no sentido da compreensão da realidade a partir das suas perspectivas” (Machado, 2012, p. 41) e, como tal, a técnica fundamental mobilizada neste estudo foi a entrevista.

Esta técnica permite “mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (Duarte, 2004, p. 215). Além disso, possibilita “uma verdadeira troca” de informação entre o investigador e o interlocutor (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 193; Duarte, 2004, p. 220), pelo que este último manifesta “as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 193).

Desta forma, através da entrevista é possível desenvolver desenvolvida uma interação social entre o interlocutor e o investigador (Aires, 2011, p. 29), havendo um ajustamento e troca de significados conjunta onde “as características pessoais do entrevistador e do entrevistado influenciam decisivamente o curso da mesma” (Aires, 2011, p. 29) podendo trazer dificuldades para o investigador (Machado, 2012, p. 42).

Estes significados podem ser mais complicados de obter através de outras técnicas e, como tal, a entrevista permite que seja feita uma imersão profunda nas representações que os indivíduos têm acerca duma determinada realidade (Aires, 2011; Duarte, 2004). A entrevista é, então, uma técnica importante para perceber e analisar o ser humano, já que este enquanto sujeito desenvolve “sentidos e significados a partir dos quais entende, interpreta e maneja a realidade” (Aires, 2011, p. 29).

Durante a investigação foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que permitem uma maior flexibilidade no discurso do/a entrevistado/a, sendo apenas as

perguntas direcionadas de modo a que estas vão ao encontro dos objetivos traçados previamente (Aires, 2011, p. 28; Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 194). Desta forma, os interlocutores expressaram com genuinidade as suas visões e significados em relação à temática em estudo.

Para que haja uma boa recolha de dados através das entrevistas foi necessário ter especial atenção a algumas componentes: os objetivos de pesquisa devem estar convenientemente esclarecidos; conhecer profundamente o fenómeno que pretendemos estudar; manter alguma informalidade na postura com o entrevistado/a, sem descuidar os objetivos da investigação; fazer uma entrevista que não pretenda usar na pesquisa, de modo a *ensaiar* a colocação das perguntas para evitar enganos e constrangimentos; e, por fim, ter confiança, firmeza e segurança (Duarte, 2004, p. 216).

O guião de entrevista¹⁴ não é fechado e podem surgir novas perguntas no decorrer da entrevista que culminam em novas pistas metodológicas (Dias, 1998a, p.36). Assim, respeita as perspetivas e as opiniões dos jovens tendo em conta “a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 195), facilitando o acesso a informações complexas e relevantes para a investigação (Dias, 1998a). Foi necessário uma postura atenta para escutar o que os entrevistados e entrevistadas diziam e compreender “o que era relevante, o que devia ser aprofundado ou o que constituía algo que se desviava do tema principal da entrevista” sendo importante fazer um redirecionamento dos discursos (Machado, 2012, p. 42).

Para além disso, é importante ter em atenção às informações subjetivas que são dadas, já que essas relacionam-se com a forma como os jovens examinam, vivenciam e observam a sociedade e a época em que se inserem (Costa, 1986, p. 15). É fundamental compreender a uniformidade das relações que são criadas nos grupos sociais onde o entrevistado/a está incluído, num determinado espaço e tempo, e que pode ser extraído das informações subjetivas (*ibidem*).

O nosso guião de entrevista está estruturado em quatro secções temáticas para facilitar a recolha das representações e significados dos indivíduos entrevistados/as: a

¹⁴ Anexo 2.

primeira é composta por perguntas que permitiam apreender as percepções gerais acerca da violência doméstica em casais do mesmo sexo; a segunda e terceira são secções mais específicas, compostas por questões acerca da violência doméstica em casais de *gays* e de lésbicas, respetivamente. Por último, o guião é composto por um conjunto de perguntas acerca das redes de apoio, o Estado e os oficiais de justiça. Não obstante o facto de ser um guião com alguma estruturação, ao nível das secções temáticas, tal não é imperativo de se obter dados ricos, profundos e complexos (Dias, 1998a, p. 36).

As entrevistas foram realizadas tendo em consideração um conjunto de princípios deontológicos, como o consentimento, a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados e entrevistadas (Machado, 2012). Estes foram convidados a participar nesta investigação, sendo que no caso dos entrevistados *gays* e entrevistadas lésbicas foi necessário recorrer a informantes privilegiados com quem os investigadores têm um “relacionamento mais frequente e mais intenso” (Costa, 1986, p. 139), os quais permitiram entrar mais facilmente em contacto com o grupo social em estudo. Os informantes são assim uma “permanente fonte de informação sobre outras pessoas, aspectos do contexto social em estudo e acontecimentos que nele se vão passando” (*ibidem*).

Sendo as entrevistas referentes às representações sociais, o recrutamento foi feito através de convite informal, mesmo no caso dos jovens mobilizados pelos informantes. Em relação ao tipo de amostra optamos por uma amostra de conveniência/intencional. Os espaços ou locais e os horários para a realização das entrevistas foram escolhidos pelos/as entrevistados/as.

Foram realizadas doze entrevistas distribuídas de acordo com o género e a orientação sexual (Tabela 3):

Tabela 3 - Síntese do número de entrevistas realizadas

	Heterossexual	Homossexual	Total
Homem	3	3	6
Mulher	3	3	6
Total	6	6	12

Esta composição da amostra vai permitir uma comparação das informações disponibilizadas pelos diferentes grupos em análise. Todos os jovens da amostra têm idades entre os 20 e os 25 anos e todos deram o seu consentimento para a realização da entrevista.

No que diz respeito à «amostragem», esta abordagem não procura uma representatividade estatística mas antes uma representatividade social (Guerra, 2006, p. 20). Desta forma, o cerne da questão que é aplicada “na análise representativa não é a definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente «representativos», mas sim uma pequena dimensão de sujeitos «socialmente significativos» reportando-os à diversidade das culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano” (*ibidem*).

A nossa análise é composta por um número reduzido de indivíduos e, como tal, não se trata de uma amostragem representativa (Moreira, 1994, p. 79). Esta foi construída com o intuito de “saber algo sobre um grupo de maior dimensão de que aquela que faz parte” (*ibidem*, p. 75), mas devido à falta de recursos, de tempo e de uma base de sondagem o nosso universo de estudo não pode ser inteiramente estudado (*ibidem*) e daí na nossa investigação termos recorrido a uma amostra de conveniência/intencional.

A abordagem qualitativa é alvo de críticas por parte dos defensores das metodologias quantitativas, que consideram que há uma falta de representatividade e que são feitas generalizações abusivas a partir de dados qualitativos (Guerra, 2006). Para colmatar essas críticas foram desenvolvidos os critérios da diversidade e da saturação.

O primeiro critério remete para a heterogeneidade dos indivíduos, da informação ou dos fenómenos patente nas entrevistas, com o objetivo de se alcançar uma diversidade de significados dos sujeitos (*ibidem*, p. 40). Por seu turno, o conceito de diversidade divide-se em diversidade interna e externa. A primeira tem como finalidade teórica investigar a heterogeneidade numa panóplia de indivíduos ou situações homogéneas (*ibidem*, p. 41). Já a externa é utilizada quando o investigador tem como finalidade teórica fazer um retrato global dum contexto social. Para isso tem de “escolher indivíduos o mais diversos possíveis, sendo a «amostra» constituída a partir de critérios de diversificação em função de variáveis que, por hipótese, são estratégias, para obter a maior diversidade possível de opiniões face ao objecto estudado” (*ibidem*, p. 41). Assim é constituído um perfil social dos sujeitos, sendo que para se determinar as representações sociais acerca da violência doméstica o critério da diversidade externa foi o que melhor se adequou à presente investigação. A diversidade externa tem como consequência “reduzir as possibilidades de saturação no interior do grupo para ganhar na capacidade de dispersão e compatibilidades de intergrupo” (Pires cit. por Guerra, 2006, p. 41).

O critério da saturação pauta-se por cumprir dois princípios, sendo que um foca as questões operacionais e o outro as questões metodológicas. O primeiro assinala o momento em que o investigador deve interromper a recolher dados, de modo a precaver o desperdício de tempo, dinheiro e provas, já que recolher nova informação não vai alterar nada nos dados recolhidos (Guerra, 2006, p. 42). Ao nível metodológico a saturação permite fazer uma generalização (empírico-analítica) dos resultados à população em estudo (*ibidem*).

Este conceito pode ainda ser alvo de uma leitura teórica e empírica (*ibidem*). A primeira tem como finalidade verificar se “um conceito para significar que este emerge de dados é confrontado depois com diferentes contextos empíricos”, ou seja, permite perceber se o conceito teoricamente é pertinente e se tem capacidade heurística (*ibidem*, p. 42). Já a leitura empírica prende-se com o facto de os dados obtidos não revelarem conhecimentos novos que fundamentem uma continuação da recolha de dados (*ibidem*).

Todavia, como o nosso método de pesquisa é o estudo de caso, o critério da saturação não precisa de ser apurado, uma vez que este dificilmente seria atingido “devido aos constrangimentos temporais inerentes a este projeto de investigação” (Machado, 2012, p. 43).

A análise de conteúdo foi igualmente uma técnica utilizada, uma vez que permitiu analisar de forma profunda, metódica e complexa as informações alcançadas através das entrevistas semiestruturadas (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 224). Para a codificação da informação recolhida através das entrevistas foi privilegiada uma análise de conteúdo categorial, procedendo-se assim ao recorte da informação em categorias e subcategorias. Apesar de se prestar a tratamentos quantitativos, a informação daqui decorrente foi utilizada predominantemente de forma qualitativa, ou seja, depois de sistematizada nas categorias respetivas, os excertos das entrevistas foram usados em função das categorias de pertença. Esta abordagem permitiu-nos ilustrar, através dos referidos excertos, o pensamento e a opinião dos jovens sobre os principais temas de análise subjacentes ao recorte da informação em categorias.

Capítulo 4 – Apresentação e análise dos resultados: a diversidade de representações sociais sobre a violência entre casais do mesmo sexo

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados alcançados durante o processo de pesquisa. Através das técnicas supramencionadas, foram recolhidas informações que dão conta dos significados dos jovens em relação à violência doméstica nos casais do mesmo sexo.

A análise das entrevistas passou uma construção prévia de categorias e subcategorias, que permitiram ordenar as informações recolhidas para posteriormente se fazer uma comparação entre as representações dos homens e das mulheres com orientações sexuais distintas.

Desta forma, as categorias analisadas foram as seguintes: 1) representações sociais sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo, a qual é composta pelas subcategorias: percepção do problema, causas da violência, tipos de abusos, dificuldades de abandono das relações abusivas, procura de auxílio, representações sociais dos papéis de género, papel da comunicação social/visibilidade da temática; 2) violência doméstica em casais *gays*, constituída pelas subcategorias: motivos/fatores para serem agressores, motivos/fatores para serem vítimas, discriminação social, denúncia dos abusos, abandono do relacionamento; 3) violência doméstica em casais de lésbicas, da qual fazem parte as subcategorias: percepções de género, discriminação social, motivos/fatores para serem agressoras, motivos/fatores para serem vítimas, procura de auxílio, abandono do relacionamento; 4) redes de apoio, Estado e justiça, composta pelas subcategorias: associações/instituições de apoio, relevância das associações/instituições de apoio, atuação dos profissionais e técnicos de apoio, papel da comunidade *gay* e LGBT, intervenção estatal, atuação dos oficiais de justiça.

Apesar de ser um estudo composto por uma amostra de pequena dimensão, os discursos dos/as entrevistados/as podem ser um princípio para um maior

aprofundamento das representações sociais acerca da violência doméstica em casais do mesmo sexo. A análise da informação recolhida vai ser feita tendo em consideração a hipótese elaborada, os objetivos propostos e as perguntas de partida. Os excertos expostos são utilizados com o objetivo de aprofundar os discursos dos jovens, sendo que, sempre que necessário, estes vão ser comparados consoante a orientação sexual.

Em relação à caracterização sociodemográfica dos/as entrevistados/as, para além da orientação sexual, também foram questionado os níveis de escolaridade, sendo que esta categoria não vai ter influência na análise dos discursos nem faz parte da caracterização dos jovens. Todavia note-se que dos doze jovens que compõem a amostra sete têm o 12º ano e os restantes têm ensino superior. É, ainda, importante salientar que os nomes dos entrevistados e entrevistadas são fictícios para preservar o anonimato dos mesmos.

4.1. Representações sociais sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo: da pouca visibilidade ao desconhecido

Como foi mencionado anteriormente, as representações sociais remetem para os significados que os indivíduos criam acerca dum determinado assunto e relacionam-se com os valores e crenças presentes nas sociedades onde estão inseridos (Costa, 2005, p. 121).

Tendo em consideração que as representações sociais são “representações mentais do mundo e dos outros” (*ibidem*), os resultados obtidos têm como finalidade mostrar os pensamentos e interrogações dos jovens acerca do nosso objeto de estudo.

Quando questionados sobre o conhecimento que têm do problema, os jovens heterossexuais e homossexuais, tanto as mulheres como os homens, revelaram não ter grande conhecimento sobre este tipo de violência, mas consideram que a violência pode acontecer em qualquer tipo de relacionamento, como ilustram os seguintes testemunhos:

“Eventualmente terei suposições, (...) como em qualquer tipo de relação é provável que hajam casais que se dão melhor do que outros e tendo em conta que são grupos em princípio marginalizados faz sentido que os problemas, nomeadamente os problemas de violência doméstica, existam e sejam eventualmente tão graves como outros quaisquer num casal heterossexual.”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

“Penso que em nada se diferencia da violência que ocorre entre casais de sexo diferente (...).”

(Paulo, 23 anos, heterossexual)

“Acho que pode acontecer, tal como pode acontecer com qualquer pessoa, acho que se é para ser violento é o ser humano que é violento. Não são só as mulheres ou os homens.”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

“Eu considero que existe, porque a violência doméstica acontece tanto em relações homossexuais como heterossexuais, desde que haja uma relação amorosa é suscetível de haver violência doméstica (...).”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

Em relação aos motivos ou fatores que levam à violência e se estes são iguais ou diferentes aos que levam à violência em casais de sexo oposto os entrevistados apresentam vários argumentos distintos. Assim, os entrevistados homossexuais apontam as questões da personalidade e da socialização dos agressores como causa da violência;

já os heterossexuais consideram que os motivos que levam à violência doméstica em casais de sexo aposto são os mesmos que conduzem à violência em casais heterossexuais, tal como se demonstra através dos seguintes excertos das entrevistas:

“O facto de serem do mesmo sexo às vezes eu acho que choca muito mais as personalidades, porque é mais difícil encontrar um equilíbrio (...). Estás a conviver com alguém que é muito parecido a ti e isso faz com que em certas ocasiões choca muito e acho que se nota mais do que em outras relações (...). Acho que é mais discordarem das coisas, acho que está muito mais presente em casais homossexuais do que em casais heterossexuais (...).”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Acho que os motivos não variarão conforme a sexualidade. A violência está, na minha opinião, diretamente relacionada com as influências sociais que o agressor recebeu (...) e os motivos podem ir desde ciúmes, até à necessidade de se sentir superior em relação ao outro (...).”

(Carlos, 24 anos, homossexual)

“Acho que vai bater tudo um bocado ao mesmo. Os motivos podem ser o álcool, muitas vezes, beberem e naquela altura não termos muito bem a noção daquilo que estamos a fazer e queremos berrar até um certo nível e berramos mais, dizemos coisas que não queremos, queremos dar um safanão e damos uma bofetada (...). Problemas com o dinheiro, problemas entre família. Esse tipo de tensões que pode criar uma tensão no casal e levar à violência. A violência em si é a junção de várias coisas que vai culminar na violência, não é um ato isolado.”

(Aníbal, 25 anos, heterossexual)

“Os motivos da violência eu creio que não devem diferir assim muito dos heterossexuais, o tipo de violência sim, agora os motivos não sei até que ponto. Acho que isso é uma situação inerente à condição humana.”

(Luna, 22 anos, heterossexual)

A homofobia social denomina-se por um conjunto de comportamentos negativos e atitudes sociais em relação a um determinado grupo social, neste caso os indivíduos LGBT. Assim, é um conceito que, ao fazer parte das vivências dos relacionamentos em casais compostos por pessoas do mesmo sexo, revela-se importante determinar se tem influência na ocorrência de comportamentos abusivos.

As entrevistadas e os entrevistados apresentam visões díspares em relação ao papel da homofobia social na ocorrência de abusos nos relacionamentos homossexuais.

Os homens tanto homossexuais, como heterossexuais, apontam que a homofobia social não tem implicações diretas na ocorrência de violência, enquanto as mulheres, consideram que tem implicações. Essas implicações pautam-se com a pressão social que estes casais sofrem e também pela recusa por parte de um dos membros do casal em assumir o relacionamento na esfera pública.

As visões distintas entre os entrevistados são ilustradas nos seguintes excertos:

“Não, não acho. Ou melhor pode estar relacionada mas eu acho que seria mais haver homofobia por haver a violência e não o contrário porque lá está uma pessoa que fique, por exemplo, a saber que de facto houve violência numa relação, por exemplo de dois homens, e vê isso de fora pode levar isso como um comportamento exclusivo dos homossexuais e assumir que eles são todos assim e começar a generalizar e a partir daí cresce o sentimento homofóbico.”

(Rogério, 23 anos, homossexual)

“Penso que não (...). Embora ache que isso pode despertar revolta por parte de algum dos lados e isso influenciar um pouco as suas atitudes, sejam elas de que tipo for.”

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

“Sim, muitas vezes há pressão social em relação à homofobia e isso pode enraivecer o casal e fazer com que achem que é errado e que ajam um contra o outro em relação a isso, pode gerar violência.”

(Rita, 21 anos, homossexual)

“Certamente, não é? (...) O casal em si está numa posição de fragilidade, não é? (...) Imagina que um deles quer dar a mão ao outro e o outro não quer que as pessoas saibam ou não quer mostrar isso ao mundo, não é? É óbvio que isso pode criar problemas entre eles enquanto que é um problema que nem se põe em questão num casal heterossexual, essa pressão social não existe.”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

A violência doméstica, como já foi mencionado, é caracterizada por vários tipos. Podem ser abusos físicos, psicológicos, sexuais, económicos, sociais, intimidação, privação, entre outros. Para os/as entrevistados/as nos casais do mesmo sexo há a prevalência de violência psicológica e física, havendo pouco enfoque nos outros tipos de abuso. Contudo é importante salientar que um dos entrevistados focou que a violência não passa apenas pelos abusos físicos e psicológicos, mas também pelo controlo permanente da vida do parceiro. Nos seguintes discursos é possível constatar isso:

“Violência psicológica, que acho que é aquela violência silenciosa em que insultas a pessoa que está ao teu lado e te achas superior ou tentas fazer inferior e baixar a sua autoestima em que ela não pense que é capaz de ser alguém, ou que vale alguma coisa. Ou aquele tipo de violência “eu estou contigo por pena, se me deixares não vais conseguir estar com mais ninguém”, eu acho que essa é a pior e depois claro há a violência física que deixa marcas mais visíveis que a violência psicológica.”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

“A violência vai muito para além da violência física. Muita gente hoje em dia já começa a referir pressão psicológica como violência, mas ela vai para além disso (...), passa também pelo controlo constante da outra pessoa, como troca de mensagens a exigir saber o que o outro está sempre a fazer, passa pelos ciúmes infundamentados, entre outros.”

(Carlos, 24 anos, homossexual)

“Verbal, muito. Também pode haver agressões físicas sim, mas acho que basicamente é o falar mal (...).”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Penso que devem ser iguais aos dos casais heterossexuais, física, psicológica (...).”

(Aníbal, 25 anos, heterossexual)

A dificuldade em abandonar o relacionamento é uma situação que faz parte dos relacionamentos abusivos tanto em casais homossexuais, como heterossexuais. Desta forma, foi questionado aos entrevistados/as como percecionavam esta situação e se as

vítimas homossexuais e as heterossexuais têm as mesmas dificuldades para abandonar o relacionamento quando este é marcado pela violência.

Os jovens, na sua maioria, consideram que as vítimas homossexuais têm mais dificuldades em abandonar um relacionamento abusivo. No entanto, alguns entrevistados consideram que isso não está relacionado com a orientação sexual, mas sim com a vontade da vítima em assumir a sua situação, como mostram os seguintes discursos:

“Eu acho que os homossexuais têm ainda mais devido às represálias que podem sentir por fazerem isso (...). Vão ter dificuldade em denunciar para não serem mais marginalizados, o agressor provavelmente ainda vai atrás da vítima, e como estas não conseguem denunciar, ainda vão acontecer situações piores (...). Se calhar ficam mesmo sozinhas, porque as vítimas podem não se dar com a família e os amigos até as podem colocar de parte por não ter lutado pela relação (...).”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

“Penso que em alguns casos pode ser mais difícil e noutros muito mais fácil. Isso vai depender do à vontade que a pessoa pode ter a nível social para assumir serem homossexuais (...).”

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

“Podem ter mais dificuldades, uma vez que a procura de apoio e de ajuda também é mais difícil (...). Muitas vezes sem terem consciência de que estão a ser alvo de violência doméstica, porque nem toda a gente tem noção de que está a ser alvo e nem todos os ofensores têm noção que estão a ser ofensores (...). Vai ser muito mais difícil e aí sim há mais dificuldade em deixar os relacionamentos por causa disso, mas as dificuldades das vítimas passam por acharem que o ofensor vai sempre mudar, que isto

vai passar, que juntos conseguem ultrapassar, que é uma fase, de tentarem desculpar e muitas vezes é das próprias características da vítima que se deixam arrastar (...).”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

“O facto de ser vista como minoritária [a homossexualidade], acho que é mais difícil para um homossexual abandonar uma relação, caso haja violência, do que para um heterossexual (...). Porque uma pessoa que é homossexual passa por um processo de construção identitária que se calhar os heterossexuais não passam, por uma questão de dúvidas e de exposição e todo esse processo é difícil e de coragem, porque tem de se assumir uma posição que ainda não é aceite e é muito criticada. (...). E o facto de a pessoa ter de passar por todo o processo de aprovação de novo, por exemplo, só o facto de apresentar à família,(...) passar por isso de novo, e no caso de ter havido violência, é mais intenso do ponto de vista da identidade.”

(Luna, 22 anos, heterossexual)

A procura de auxílio é, de igual modo, uma questão que foi analisada, uma vez que é relevante determinar se as vítimas de comportamentos abusivos de casais do mesmo sexo têm dificuldades em procurar apoio. Os jovens heterossexuais e mulheres homossexuais apontam que estas vítimas têm mais dificuldade em procurar apoio do que as vítimas heterossexuais. Todavia os homens homossexuais apontam que pode ser mais fácil quando comparado com os homens vítimas de violência em casais de sexo oposto, como dão conta os excertos seguintes:

“Penso que estas vítimas [homossexuais] terão mais dificuldade em procurar ajuda, porque ainda são um pouco discriminados na sociedade (...).”

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

“Eu acho que eles até devem ter menos dificuldade em pedir ajuda porque é assim, um homem pedir ajuda porque outro homem lhe bate, na nossa sociedade, é muito menos, digamos, embaraçoso para o próprio homem do que ele dizer que foi uma mulher que lhe bateu. (...) É aquilo que a nossa sociedade nos dá a entender, que é preferível ser um homem a bater num homem do que uma mulher a bater num homem que aí já vai ferir a masculinidade do homem, já lhe vai ferir muito outros aspetos da sua psique e então eu acho que eles acabam por ter menos problema.”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

“Se calhar é mais fácil num casal heterossexual uma mulher ou um homem pedir ajuda e ser ajudado do que um casal homossexual que neste momento ainda não é visto como casal, digamos assim, mesmo que possa haver casais homossexuais e casamentos mas acho que as instituições públicas ainda não aceitam isso como uma realidade.”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

“Têm mais dificuldades. (...) Não é por não haverem instituições que as vão receber, é pelas próprias preconceções que a vítima têm. O medo da reação da família, dos amigos que muitas vezes não sabem e as pessoas acabam por se isolar mais, muitas vezes os ofensores também utilizam (...) o isolamento e a vítima às vezes nem se apercebe que é vítima. (...) Eu estou numa relação, os meus amigos sabem que eu estou naquela relação e a minha família e convivem comigo e com a minha companheira e apercebem-se de pequenos sinais (...) que pode indiciar violência doméstica. É muito mais fácil que os meus amigos ou os meus familiares venham ter comigo e falem comigo. Agora se o ofensor já usou a técnica do isolamento ou mesmo não tendo usado, a própria vítima se isolou e as pessoas à volta não sabem, nunca vão suspeitar de nada e aí vai-se criar outra barreira à procura de ajuda e à resolução dos problemas.”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

Nas nossas sociedades ainda prevalece a noção de que o homem é naturalmente o agressor e a mulher a vítima, sendo que esse mito é colocado em questão quando estamos a falar de violência doméstica entre casais do mesmo sexo e, como tal, é relevante proceder à sua desconstrução. A maioria dos entrevistados considera que isso pode influenciar a forma como é percebida a violência doméstica em casais do mesmo sexo, mas outros afirmam o oposto, pois coloca o paradigma em questão já que nos casais lésbicos as mulheres podem ser agressoras e nos casais gays os homens podem ser vítimas, como mostram os seguintes excertos:

“Acham sempre que o homem é que é o culpado e muitas vezes não é, muitas vezes é a mulher e a situação é completamente contrária (...). Mas normalmente nos casais homossexuais há sempre um que se identifica mais como, não é bem o sexo masculino mas tem mais masculinidade, é mais dominante do que o outro e nesse caso muito provavelmente as pessoas vão achar que é essa pessoa que é a agressora. Provavelmente as pessoas quando olham para um casal homossexual tentam sempre identificar quem é a mulher e o homem. Quando é um casal de raparigas, há casais em que uma tem o cabelo todo cortado e as pessoas dizem “ah aquela é o homem da relação e a outra é a que veste a saia”. Tanto como nos casais de dois homens, supostamente há sempre um que é a bicha, que é o mais feminino, que andam assim e faz aqueles gestos.”

(Rita, 21 anos, homossexual)

“Hoje em dia essa visão já não é tão linear (...), mas talvez ainda haja quem pense assim.”

(Carlos, 24 anos, homossexual)

“Não acho que tenha influência [o homem ser visto como o agressor] (...), muitos homens, mais do que se pensa, são vítimas de violência doméstica, em casais heterossexuais.”

(Paulo, 23 anos, heterossexual)

“Eu acho que não pode ser vista da mesma maneira senão o casal homossexual do sexo masculino estariam os dois no mesmo ponto de situação e seriam os dois agressores, ou seja, acaba por não haver vítimas e também não resulta esse ponto de vista dum casal lésbico, senão iam ser as duas vítimas e ninguém ia ser o agressor. Acho que as mulheres são capazes de serem agressoras e os homens têm possibilidade de ser vítimas.”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

No que diz respeito aos meios de comunicação social e à visibilidade que estes dão ao problema todos os entrevistados consideraram aqueles não dão suficiente atenção a estes problemas. Alguns apontam como causas o facto de os homossexuais serem um grupo minoritário e, como tal, não é rentável abordar e expor notícias sobre as questões e os problemas associadas a este grupo social, sendo isso descrito no seguinte excerto:

“Não, não dão porque primeiro ainda estamos num país que tem um cunho muito forte da igreja e a igreja não aceita a homossexualidade, logo a visibilidade vai ser muito menor. Para além de que se vê sempre homossexualidade como uma minoria portanto é a forma como ela vai ser tratada ou tem uma visibilidade num dado momento. Depois os meios de comunicação social mostram aquilo que vende. Se isto não vende, porque não vende é um facto – vende muito mais “o homem matou a mulher

com caçadeira” do que “a mulher matou a mulher à caçadeira”. (...) Também não se reporta muito estes crimes, os crimes de violência doméstica de si já são difíceis de serem reportados se estamos a falar de casais homossexuais ainda vai ser mais difícil de serem reportados logo vão aparecer menos (...).”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

Nesta primeira secção de análise, através das entrevistas, foi possível analisar as representações sociais que os jovens têm sobre a violência doméstica em casais do mesmo sexo, tendo sido tratados vários pontos que se relacionam com os nossos objetivos.

Os discursos dos jovens homossexuais e heterossexuais permitiram corroborar que existem significados comuns mas também distintos entre eles sobre este problema social, sendo possível retirar que para os jovens heterossexuais esta realidade não lhes é tão familiar. Porém os jovens homossexuais também revelam a não ter conhecimentos aprofundados sobre este assunto.

Devido à diversidade dos discursos e significados dos/as entrevistados/as apresenta-se em anexo¹⁵ uma tabela com uma síntese analítica e comparativa das posições dos jovens sobre os temas abordados.

4.2. Violência doméstica em relacionamentos gays e lésbicos: que fatores?

De modo a aprofundar o nosso tema foi importante especificar a análise das representações sociais da violência doméstica tanto em casais *gays* como em casais

¹⁵ Anexo 3.

lésbicos. Assim as questões expostas, apesar de algumas serem repetidas¹⁶ em ambas as secções, são relevantes para captar possíveis diferenças nas situações de violência dos dois tipos de casais.

Em relação aos fatores que tornam os *gays* agressores num relacionamento, os/as entrevistados/as consideram que os ciúmes, a traição, discriminação social, inseguranças, discussões e tensões sexuais são os principais fatores que levam às situações de violência, como é possível verificar nos seguintes testemunhos:

“Ciúmes, eventualmente questões sexuais. Mas eu acho que também terá muito a ver com o facto (...) que um já saiu do armário e o outro não, ou seja, coisas relacionadas com a perceção do casal perante o mundo de fora. (...) Questões normais, sei lá, alguém não comprou o pão! (...) Alguém disse uma coisa mais feia, coisas normais que acontecem com os casais heterossexuais de certeza absoluta que também estão na origem dos problemas nos homossexuais (...).”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

“É assim o homem homossexual tem tendência a ser muito mais ciumento (...) e tem tendência a ser muito mais controlador e muito mais possessivo, porque a comunidade homossexual tem sempre aquela tendência de ser, e tem mesmo aquela fama, muito promíscua (...). Por exemplo, se o homem A souber que o namorado, que é o homem B, está a falar com o homem C e o homem C já teve por exemplo relações sexuais com D, E, F, ele vai ficar muito mais reticente em relação ao assunto. O ciúme é o principal fator que leva à agressão (...).”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

¹⁶ A repetição de certas perguntas teve como objetivo compreender se existiam diferenças entre as secções temáticas dirigidas aos relacionamentos *gays* e lésbicos.

“Ciúmes provavelmente, são muito ciumentos a maior parte (...). Mas também é de entender, custa encontrar alguém, sendo homossexual, que te faça companhia e custa ainda mais perder essa pessoa, porque as probabilidades de encontrares outra pessoa não são assim tão altas. Eu acho que em casais homossexuais cria-se muito uma ligação, mais se calhar do que em casais heterossexuais, porque é aquilo de “finalmente encontrei o que eu estava à procura, não foi fácil a busca, tipo consegui” e custa muito o facto de veres a pessoa com quem estás se calhar aproximar-se mais doutra pessoa (...).”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Eu acho que pode ser a falta de afeto, falta de segurança, excesso de ciúme, por aí (...).”

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

“As razões devem ser as mesmas pelas quais nos relacionamentos heterossexuais há violência, como o ciúme, (...). Ou por expectativas que não correspondem ou por algo banal. (...). Acho que isso é comum a todo tipo de relações, independentemente da orientação sexual, que às vezes podem ser coisas mesmo básicas, outras vezes as pessoas não são compatíveis do ponto de vista de objetivos de vida e de identidades e de formas de ver o mundo e de projeções para o futuro. Há uma infinidade de coisas pelas quais as pessoas acabam por atingir um ponto de rutura (...). Mas pode ser o ciúme a coisa mais evidente, mas acho que é comum a todas as relações.”

(Luna, 22 anos, heterossexual)

Em relação aos relacionamentos lésbicos os/as entrevistados/as apontam alguns fatores que focaram, de igual modo, para os gays que se tornam violentos com os companheiros, como é o caso da discriminação social. Contudo, por outro lado, também focam o facto de as mulheres serem mais controladoras, possessivas e terem determinados traços de personalidade que as leva a cometer comportamentos abusivos, sendo que os excertos seguintes mostram isso:

“ (...) Aquilo do “ah é minha mulher não é? Não vai andar para de mini saias e decotes, era o que mais me faltava” isto pode acontecer, tal como num casal heterossexual (...). Aquele sentimento de posse “é minha, não vai andar aí vestida como sei lá o quê! Não, vai andar vestida como eu acho que ela tem de andar vestida que é para não se mostrar, que vai na volta os outros olham e ela deixa-me” (...). Depois a ofensora também se pode sentir muito superior, por ter mais estudos, por vir dum família dum estrato socioeconómico superior. Pode influenciar também as características psicológicas e os traços de personalidade da ofensora, se é muito agressiva, se tem um baixo autocontrolo vai reagir violentamente ou não, vai conseguir racionalizar e perceber que está a errar ou não (...).”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

“Na minha opinião os motivos podem ser a infelicidade, o fracasso e o fraco temperamento (...).”

(Paulo, 23 anos, heterossexual)

“Eu acho que as mulheres tornam-se agressoras porque, para além de serem ciumentas, são muito possessivas. Elas não gostam nada de partilhar as suas companheiras e isso vai muito além dos ciúmes e acabam por privá-las de certas coisas (...). Sei lá impedir que saiam sozinhas ou com o grupo de amigas, coisas desse género.”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

“A pressão de serem discriminados e não poderem assumir ou se podem assumir quando estão num sítio público (...) vão ser bombardeadas com insultos e olhares de desprezo e portanto isso acaba por mexer um bocado com o psicológico das pessoas e isso em casa reflete-se na pessoa que é mais próxima (...).”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

Quando analisados os fatores que levam os gays e as lésbicas a serem vítimas por parte dos seus companheiros, os entrevistados e as entrevistadas consideram que as vítimas podem ter uma personalidade fraca e vulnerável e, conseqüentemente, acabam por sofrer violência, mas também focam as questões da dependência monetária e emocional, como mostram os seguintes testemunhos:

“Podem ser fracos. Não sei, por exemplo, numa situação em que os pais não aceitem que o filho seja gay e o filho está num relacionamento com outro homem e não conseguem ter ajuda (...), depois desistem e acham que é aquilo a vida e não conseguem sair da situação. E ficam ainda mais fragilizados com isto e pensam mesmo que a vida é só aquilo e ficam com a visão cerrada”.

(Rita, 21 anos, homossexual)

“Por terem uma personalidade mais fraca, acabam por ser mais vulneráveis. Também pode ter a ver com a família, ou seja, se aquela pessoa cresceu a ver violência pode tornar-se também ela uma vítima e não agressor. Pode abominar completamente aquilo e não querer de forma alguma tornar-se agressor e de certa forma isso reprime-o e ao ser reprimido acaba por dar mais força para o outro poder ser agressor (...).”

(Aníbal, 25 anos, heterossexual)

“O facto de as pessoas terem dependência monetária, dependência emocional das pessoas se sentirem protegidas e ao mesmo tempo não quererem abandonar aquilo, o facto de as pessoas terem lutado eventualmente para conseguirem ser aceites e depois de repente admitirem que aquilo falhou (...)”.

(Sofia, 21 anos, heterossexual)

“Acho que passa muito por as pessoas terem determinadas personalidades e se forem alvo de comportamentos abusivos por parte da companheira elas nem vão ripostar. Simplesmente têm uma personalidade mais fraca e o agressor tem uma mais forte, é como nos relacionamentos heterossexuais se formos a ver bem (...). Para além disso acho, e não sei até que ponto pode ser ou não, mas se calhar se em crianças foram alvo de violência por parte dos pais isso ajuda a serem vítimas de mais violência em adultos (...), podem achar que as relações são feitas dessa forma. E também posso dizer que a dependência económica e emocional fazem parte desse leque de fatores”.

(Henrique, 25 anos, homossexual)

A discriminação social é analisada não só para determinar se tem influência na ocorrência dos abusos, mas também de forma a fazer uma comparação entre os casais *gays* e *lésbicos* de modo a compreender se estes casais passam pelo mesmo tipo de discriminação. Os jovens consideram que a discriminação pode ter ou não influência nos abusos, mas focam mais o facto de deixarem que essas visões negativas interfiram no bom funcionamento do relacionamento, ilustrado nos seguintes excertos:

“Temos o casal homossexual que vai na rua, não é, e alguém decide dizer coisas de mau gosto e depois pode haver duas posições que são: uma das pessoas pode não gostar e a outra pessoa pode dizer “ah mas deixa estar, não liguês, as pessoas não sabem o que dizem ou não sei quê, as pessoas não deviam de falar” e não sei que mais e a outra pessoa pode não gostar dessa atitude. Porque se nós deixarmos, vai estar sempre a acontecer e a outra pessoa pode não gostar e para mostrar o seu ponto de vista pode ser um bocado mais radical (...).”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

“Acho que tem o efeito inverso. O facto de eles (tanto gays como lésbicas) terem passado juntos por um processo de construção e de afirmação e de aceitação por parte da sociedade e às vezes isso nem chega a acontecer porque nem sempre são aceites pela família e tudo mais. Acho que funciona como fator inibidor da violência e não como potenciador.”

(Luna, 22 anos, heterossexual)

“Penso que tem [influência na ocorrência de abusos] (...). As pessoas começam a implicar umas com as outras quando são alvo de discriminação”.

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

“Pode, pelo facto de “estão sempre a olhar, não sei se consigo lidar com isto, estou sempre a ouvir comentários e não me sinto bem, não sei se é isto que quero”. E acho que isso é o que começa a ser mesmo nocivo numa relação, é o começar a duvidar de tudo e não ligar ao que a outra pessoa está a fazer ao teu lado (...).”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

Em relação às diferenças entre os gays e as lésbicas ao nível da discriminação os sujeitos afirmam que os primeiros sofrem mais essa situação de marginalização, devido ao facto de a sociedade aceitar melhor duas mulheres juntas. Aliás alguns dos/as entrevistados/as focam que a questão dos fetiches sexuais de muitos homens heterossexuais pode estar relacionada com essa melhor aceitação dos relacionamentos lésbicos, uma vez que esses fetiches envolvem duas mulheres juntas numa situação sexual.

Todavia, uma das entrevistadas foca ainda a questão de os homens não compreenderem o porquê de as mulheres não gostarem de indivíduos do sexo oposto, usando expressões que caracterizam uma visão heterossexista que a sociedade têm, ilustrado nos seguintes testemunhos:

“Acho que os homens podem ser muito mais alvo de discriminação do que as mulheres. Lá está porque vivemos numa sociedade muito patriarcal em que o homem é o macho (...). Se bem que há pessoas que lhes mete imenso nojo tanto mulher com mulher como homem com homem, mas quer na sociedade patriarcal que vivemos há muito mais adversidade relativamente aos homens do que em relação às mulheres isso há.”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

“Eu acho que as mulheres são melhor aceites, porque as pessoas ao verem duas mulheres juntas, até podem não achar grande piada, mas é naquela. Agora dos homens juntos? É logo um problema e são olhares e murmúrios e por vezes são bocas que se ouve (...). Ah e depois ainda temos aquela situação de os homens heterossexuais não poderem ver um “rabo de saia”, agora imagina duas mulheres juntas o que não causa no imaginário sexual dos homens.”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

“Acho que é menor [para as lésbicas], porque há uma ideia generalizada da sexualização da mulher e especialmente da mulher em conjunto. daquelas fantasias de duas ou mais juntas (...), como símbolo de luxúria e de aventura sexual e o homem não está tão presente nesse tipo de fetiche e fantasia. Mas existe essas fantasias com homens e é muito perceptível na escrita, porque nas fanfics - que têm a ver com histórias ficcionadas por fans que escrevem sobre ou bandas ou livros ou filmes e utilizam as personagens ou a história para escreverem em torno disso - isso está muito presente e há mesmo um tipo de literatura, bandas desenhadas e animes específicos para isso (...). Há muita gente a ler e a procurar sobre isso e a juntar várias personagens desde o Homem-Aranha com o Capitão América. Na literatura não há tanta discriminação e eu acho que isso é muito curioso por causa dos jovens, porque neles isto está a ficar cada vez mais “batido” e também acho curioso porque se calhar na escrita aceitam e não aceitam isso na vida real (...).”

(Luna, 22 anos, heterossexual)

“Ainda acho que é pior [para as lésbicas]. Porque é claro que a nossa sociedade machista vai dizer tipo “como é que ela é capaz de não querer um pénis?” Quer dizer, é natural com a sociedade machista conforme a temos, acha muito estranho que haja mulheres capazes de renunciar ao falo. Se bem que, mas isto já não é uma questão de violência doméstica, acho que apesar de tudo existem muitos homens que fantasiam com duas mulheres (...). Ao mesmo tempo que discriminam cobiçam.”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

Os gays não denunciam com tanta frequência os atos de violência e quando questionados sobre a razão para isso acontecer os jovens referiram que estes são alvo de maior preconceito por parte da sociedade, como é possível constatar nos seguintes discursos:

“Por causa do preconceito, porque vai ser visto como a fêmea da relação por assim dizer. Imagina: quando uma família heterossexual aceita que o seu filho é gay vai vê-lo como o macho da relação (...). E se tu és a vítima tu não és o macho da relação e então se sentires que a tua família tem essa lógica de macho da relação mas tu és vítima, eles vão te ver como a fêmea. Aquela aceitação vai-se desmoronar e isso leva a que não denunciem tanto as situações de violência.”

(Aníbal, 25 anos, heterossexual)

“(...) Se já nos casos heterossexuais muitas mulheres já não procurar ajuda, quanto mais nos casais homossexuais que já são discriminados pela sociedade, porque pensam “se a sociedade não me aceita pelo que sou porque é que me vai estar a ajudar quando estou numa situação difícil.”

(Rita, 21 anos, homossexual)

Em relação às vantagens e desvantagens que advêm da denúncia às autoridades, os/as entrevistados/as consideram que se deve denunciar a situação de violência para as vítimas terem ajuda e uma vida melhor. No entanto, também admitem que pode haver desvantagens, nomeadamente ao nível da denúncia pode piorar os comportamentos abusivos caso haja um mau trabalho ao nível do apoio à vítima e também pode comprometer a vida social e laboral da vítima, sobretudo se esta ainda não tiver assumido a sua orientação sexual, como ilustram os seguintes discursos:

“ (...) A vantagem do agressor ser identificado, a vantagem que daí decorre, não é, como o agressor é identificado já vai ter alguém de olho nele, já vai ser mais difícil repetir o ato, agora a desvantagem também há sempre. Existe sempre aquela desvantagem de: as pessoas saberem que o homem foi fazer queixa, se foi fazer queixa

porque estava com alguém, se estava com alguém as pessoas vão querer saber se é um homem ou uma mulher, vão querer saber como as coisas aconteceram (...). Eu acho que é mesmo aquela coisa de vão saber que eu sou gay, vão remexer na minha vida, provavelmente até vão eles próprios ter com o agressor e dizer “mas tu não devias ter feito e não sei quê e não sei que mais” e isso vai tornar a situação pior (...).”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

“Existe as duas [vantagens e desvantagens], porque pode ajudar a livrarem-se do agressor, como também pode “provocar” ainda mais o que o agrediu (...).”

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

“As vantagens de denunciar é procurar ajuda, de modo melhorar o ofensor [através de programas que evitem novos abusos por parte dos agressores] e melhorar a vítima porque há marcas (...) que foram deixadas e as marcas que podem vir depois a ter repercussões e a resultar numa vitimização numa relação posterior. E também acho que trabalhar com o ofensor é importantíssimo para que ele não repita (...). Desvantagens da denúncia? Para as vítimas podem ser vítimas de mais vitimização. É sempre um risco, principalmente se as coisas forem mal trabalhadas (...).”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

“É claro que elas devem denunciar. (...). Mas imagina que alguém foi vítima de violência doméstica e vai dizer “olha fui vítima de violência doméstica”, pronto aí estás em princípio a dizer “olha sou homossexual”, imagina que depois alguém descobre ou imagina que falaste disso com alguém. A coisa pode ter depois consequências, por exemplo, em termos de emprego, de vida social, caso não seja assumido (...).”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

Um aspeto que está intimamente ligado com o ato de denunciar a violência é a procura de apoio. Os entrevistados e entrevistadas apresentam argumentos distintos, já que alguns consideram que as lésbicas têm mais facilidade em procurar auxílio do que os gays, mas outros/as referem que as dificuldades são as mesmas, como é ilustrado nos seguintes testemunhos:

“Na minha opinião eu acho que tanto lésbicas como gays podem ter as mesmas dificuldades em encontrar apoio. Mas se calhar elas acabam por ter um bocadinho mais de facilidade por causa daquela questão de serem melhor aceites na sociedade (...). Se calhar até pode ser uma questão de sorte no sítio onde se procurar ajuda e sorte na pessoa por quem vai ser atendida (...).”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

“Deve ser mais fácil para as mulheres procurarem ajuda do que os homens, (...) mesmo nos casais heterossexuais é a mesma coisa, não é? É muito mais fácil para as mulheres admitirem que levam porrada do que os homens.”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

“Eu acho que neste aspeto é o mesmo, porque o que tiver de ser discriminado é da mesma forma, continua a ser um casal homossexual.”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Eu acho que têm as mesmas dificuldades, (...) podem ser discriminados na mesma.”

(Telmo, 24 anos, heterossexual)

Em relação ao abandono do relacionamento abusivo, são apontadas várias razões que segundo os entrevistados tornam mais difícil esta decisão. No caso dos gays, apontam a família, a vulnerabilidade, as inseguranças, a solidão e a dependência. Quando comparado com as lésbicas os entrevistados referem que estas têm as mesmas dificuldades, sendo que os próximos testemunhos revelam isso:

“Família, vulnerabilidade, medo e instabilidade que pode advir desse abandono (...).”

(Paulo, 23 anos, heterossexual)

“É quebrar o vínculo e depois vou ficar sozinho (...). Até encontrar outra pessoa, há pessoas muito carentes que precisam mesmo de estar com alguém, precisam desse nível de estabilidade, precisam dessa segurança, de alguém que esteja lá constantemente e ainda para mais pessoas vítimas que tendem a ser mais frágeis emocionalmente.”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Sim as lésbicas têm as mesmas dificuldades (...). Questões da família, porque às vezes quando se gosta muito de alguém e nestes casos eles querem seguir a vida deles e querem se afirmar acabam por, se a família não aceitar, deixar a família para trás do género “eles não aceitam mas eu tenho de seguir com a minha vida” e às vezes isso não corre bem e nós temos de voltar ao ponto de partida, ou seja, ao ponto de quem nos criou e às vezes depois são eles que não nos aceitam.”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

“Creio que é a dependência (imaginária) que têm do outro, de acharem que não vão conseguir ser felizes sem ele (...).”

(Carlos, 24 anos, homossexual)

Por último, foram analisadas as representações relativas ao papel da mulher como um ser passivo. Segundo os/as entrevistados/as, tal noção impede que haja um reconhecimento da existência de comportamentos abusivos nos casais lésbicos. As informações obtidas mostram que alguns sujeitos consideram que essa noção não devia influenciar o reconhecimento da violência, já que as mulheres começam a ter outro estatuto social, porém outros entrevistados consideram que tem influência por a sociedade achar que as mulheres não são tão violentas como os homens, ilustrados nos seguintes testemunhos:

“Não, as pessoas acabam todas por ter um padrão de comportamentos que diferem umas das outras, isso não quer dizer que as mulheres não possam ser agressoras, pelo contrário. De momento na sociedade eu acho que as mulheres estão a conseguir mais emprego e, estão conseguir ter um ordenado maior portanto são elas que mandam em casa certamente.”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

“(…) Por exemplo se formos a vários sítios fazer queixa, se formos à polícia, se formos à APAV eu acho que uma agressão por parte de uma mulher, não vai ser vista como sendo tão grave como é a de um homem. Porque a verdade é: existe sempre a tendência de se a mulher bater é menos provável a vítima ir parar ao hospital ou ficar com ferimentos graves do que se for um homem a bater, porque se for um homem a bater o homem é capaz de dar um soco e a pessoa já fica estendida. Se for a mulher isso pode acontecer mas não é tão comum. Eu acho que é mesmo por causa dessa ideia que a sociedade tem de que o homem é que tem a tendência de fazer essas coisas que faz com, que por muito que se reconheça que existe esta violência, faz com que essa violência

seja um bocado posta de parte ou um bocado ignorada diga-se. E as pessoas vão sempre achar que não é assim uma coisa tão usual e como não é usual não é grave.”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

O aprofundamento das representações sociais da violência doméstica tanto em casais *gays* como lésbicos permitiu que fossem apuradas algumas semelhanças mas também diferenças nas percepções dos sujeitos entrevistados. Os seus discursos permitiram identificar determinados significados que não seriam possíveis de alcançar nos testemunhos dados na primeira secção temática das representações sociais sobre este problema social.

Mais uma vez recorreremos à de tabelas¹⁷ de modo a sintetizar analítica e comparativamente os testemunhos dados pelos entrevistados. Neste subcapítulo foram analisadas duas secções temáticas do guião de entrevista e, como tal, foi necessário construir duas tabelas: uma referente aos discursos acerca da violência doméstica em casais de *gays* e outra referente à violência doméstica em casais de lésbicas.

4.3. Representações sociais das redes de apoio, do Estado e da Justiça

Por último analisamos os significados que os entrevistados e as entrevistadas atribuem às redes de apoio, ao papel do Estado e à Justiça ao nível da atuação nas situações de violência doméstica em casais do mesmo sexo.

Em relação ao conhecimento sobre instituições ou associações que proporcionem apoio a este tipo de vítimas, consideram que não conhecem instituições específicas de apoio a vítimas homossexuais, mas referem que conhecem a APAV. Apenas dois dos entrevistados homossexuais focaram que já ouviram falar de

¹⁷ Anexo 4 e 5.

instituições destinadas a violência doméstica nos casais do mesmo sexo. O desconhecimento deste tipo de instituições e associações coloca em evidência a falta de uma maior ação por parte das entidades sociais de modo a terem outro impacto nas sociedades. Os excertos seguintes ilustram esse desconhecimento:

“Conheço a APAV, talvez a polícia. Mas mesmo as instituições, a polícia ou até hospitais têm de estar preparados para receber qualquer tipo de vítima (...).”

(Aníbal, 25 anos, heterossexual)

“Já ouvi falar, não me lembro do nome. Aliás nas marchas que se fazem por aqui no Porto falam muito disso e costumam ser os temas também, mas sinceramente nomes que fiquem não.”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Se calhar existem, mas eu mesmo sendo homossexual, não tenho grande conhecimento sobre isso. Conheço a APAV porque é a instituição com mais visibilidade e sei que dão apoio a vítimas mas se dão apoio a vítimas homossexuais não faço ideia.”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

Estas instituições são relevantes para dar apoio às vítimas que recorrem a elas, auxiliando-a em determinadas questões. Para além disso, quisemos saber se estas instituições estão igualmente atentas às vítimas de abusos entre casais do mesmo sexo. Os entrevistados revelam que são instituições importantes mas alguns focam as limitações que estas têm para fazer um trabalho eficiente e que nem sempre estão capacitadas para dar resposta às especificidades das vítimas homossexuais. Nesta questão podemos colocar em evidência o facto de haver uma pequena contradição na

relação com a análise anterior: por um lado os/as entrevistados/as afirmam não ter conhecimento sobre estas instituições, mas por outro afirmam que apresentam limitações que estas têm.

Os discursos seguintes ilustram nessa situação:

“Essas associações podem dar apoio mas não têm apoio doutras associações, ou seja, não têm apoio de câmaras, não têm apoio de nada portanto acabam por não fazer grande trabalho a não ser o pouco que conseguem.”

(Sara, 21 anos, heterossexual)

“A intervenção nestas vítimas tem vindo a aumentar, mas a verdade é que ainda estão aquém do desejado.”

(Carlos, 24 anos, homossexual)

“Como eu não conheço nada, se calhar ainda é escassa. Se calhar se houvesse mais ajuda e se dessem mais importância a isso em notícias e assim, estaria melhor divulgado.”

(Rita, 21 anos, homossexual)

“Penso que este tipo de instituições tem um papel fundamental (...). Agora se estão igualmente atentas a este tipo de vítimas, não faço ideia, mas penso que estarão.”

(Paulo, 23 anos, heterossexual)

Mais uma vez é importante abordar as questões da homofobia, pelo que quisemos obter as percepções sobre a possibilidade de esta comprometer a atuação dos profissionais e técnicos de apoio.

Assim foi possível verificar duas vertentes: por um lado, alguns entrevistados e entrevistadas consideram que neste tipo de instituições devem estar profissionais e técnicos com formações específicas para este tipo de vítimas e, como tal a atuação destes não vai ser corrompida pela homofobia; por outro lado, outras/os entrevistadas/os também alguns entrevistados afirmam que os profissionais e técnicos são condicionados pela homofobia devido ao facto de não serem escolhidos indivíduos indicados para lidar com este tipo de vítimas, exposto nos seguintes testemunhos:

“Acho que não, porque uma pessoa que trabalha lá está a apoiar todo o tipo de pessoas que sofre de violência, acho que vai ser uma pessoa que tem assim uma característica muito mais humana (...). Eu acho que toda a gente que trabalha numa linha de apoio não liga a diferenças de género, a diferenças de orientação sexual, a diferenças sociais porque ao fim e ao cabo somos todos seres humanos, somos todos iguais. Eu acho que essas linhas de apoio são sempre baseadas em pessoas que provam que de alguma forma podem ajudar sem qualquer tipo de preconceito.”

(Rogério, 22 anos, homossexual)

“Sim, porque não temos pessoas competentes. Nós temos educadores sociais a trabalharem com vítimas e a minha questão é: que competências têm estas pessoas para trabalhar com vítimas? E mesmo nós podemos olhar para psicólogos, para criminólogos, para sociólogos e as pessoas têm as próprias preconceções. Até podem estar a trabalhar e estar a fazer as coisas, mas se não tiverem a decência e o bom senso de se afastarem daquele caso, podem não trabalhar como trabalhariam com outras pessoas. É sobretudo termos pessoas que saibam e que tenham competência para atuar naquela área, porque (...) não podemos fazer a mesma coisa para toda a gente senão não vai ser eficaz.”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

”Eu penso que não compromete. Quando uma pessoa assume um trabalho e quando escolhe uma coisa tão específica como essa tem de ser alguém capaz de lidar com isso e que tenha alguma facilidade em termos de aceitação e de luta contra o preconceito. E, por isso, nesses casos deve existir pessoas com formações vocacionadas para isso (...). No meu ver essas pessoas têm de estar preparadas para lidar com uma situação que nem toda a gente está preparada para tal. Por isso eu penso e espero que não haja o risco de essas pessoas serem condicionadas pela homofobia (...) e não estou a dizer que devem todas ter um curso superior, mas têm de ter uma mente aberta.”

(Luna, 22 anos, heterossexual)

“Penso que sim, porque se esses profissionais forem homofóbicos, em caso de necessidade, não vão ajudar as pessoas que são homossexuais (...).”

(Carlos, 24 anos, heterossexual)

No que diz respeito ao papel da comunidade *gay* e LGBT na divulgação, prevenção e sensibilização da violência doméstica em casais do mesmo sexo, os entrevistados homossexuais consideram que, apesar de terem um papel fundamental, é escassa a intervenção destes no problema.

Já os entrevistados heterossexuais focam que é importante a existência desta comunidade para a defesa dos homossexuais, mas mostram-se pouco familiarizados com o que é feito pela comunidade sendo que um dos entrevistados não tinha nenhuma perceção sobre esta situação.

De salientar que nenhum dos entrevistados conhece campanhas de prevenção e sensibilização da violência doméstica em casais do mesmo sexo que tenham sido feitas por esta comunidade, como mostram os seguintes testemunhos:

“É pouco, poderia ser muito mais. Porque senão eu estaria mais informada sobre isso não é? E trabalham para isso não vou dizer que não, mas há muito para fazer ainda.”

(Dulce, 20 anos, homossexual)

“Eu acho que em todas as questões relacionadas com os homossexuais, se forem divulgados por estas comunidades é sempre um papel importante. Mas ao nível da violência doméstica? Eu não queria dizer que é zero para não parecer que eles não ligam a isto, mas não há divulgação, nem prevenção nem sensibilização feita que tenha impacto na sociedade. Sim em Portugal já são feitas marchas, o casamento já foi aceite assim como a adoção, mas se calhar era interessante a comunidade gay e LGBT passar a apostar em questões que não têm a ver com os direitos dos homossexuais, mas sim para a proteção deles também (...).”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

“Claro que têm um papel importante, estão a defender o que é deles. Claro que têm de dar à perna, fazer coisas, mostrar trabalho, têm de cuidar da própria comunidade. Se existe uma coisa que se chama comunidade homossexual faz sentido que cuidem da própria comunidade.”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

Em relação ao papel do Estado e à intervenção deste na prevenção e sensibilização do problema os sujeitos focam que é escassa ou inexistente, ilustrando a carência de políticas que tenham impacto na sociedade, ilustrado nos seguintes excertos:

“ (...) A intervenção estatal para a violência doméstica não é fraca, é miserável. Se já é miserável para casais heterossexuais então homossexuais valha-me nossa senhora, não existe (...). Em Portugal a prevenção é meter meia dúzia de cartazes e fazer meia dúzia de palestras e está tudo bem, conseguimos abranger tudo. A prevenção tem de ser muito mais que isto, temos de analisar a quem é que vamos falar, como é que vamos falar das coisas. A APAV, faz uma prevenção universal, mas claro que não podemos ter a mesma intervenção para toda a gente (...). É preciso identificar os locais em que é mais suscetível de haver esses casos de violência doméstica e atuar. É preciso fazer trabalho na comunidade, é preciso fazer uma prevenção universal mas também uma prevenção mais específica para grupos mais específicos, que já são muitas vezes grupos de risco (...). E temos de ter a noção de uma coisa: na prevenção fazer uma campanha ou uma palestra é zero em termos de eficácia. Zero. Tem de ser um trabalho constante senão não vai lá e a nível estatal falhamos, muito.”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

“Penso que a intervenção do Estado a nível da prevenção e sensibilização de violência doméstica em casais homossexuais especificamente é bastante reduzida e não penso que faça parte da agenda política do mesmo. No entanto, as campanhas de sensibilização e prevenção costumam ser destinadas a um público geral (...).”

(Paulo, 23 anos, heterossexual)

“Nenhuma, não há. (...) Acho que é aquela questão de que se vai chegar a admitir que existe um problema que é o da violência doméstica homossexual e depois há de chegar ao combate ou à prevenção. Existe muito a tentação, por exemplo, a questão da

adoção, para pensar que eles são pessoas fantásticas, queridíssimas, fofas, percebe? (...) Toda a gente pensa: “eles não têm problemas, amam-se, está tudo bem”. Existe a imagem demoníaca e depois existe a imagem cor-de-rosa e se calhar nem uma nem outra são certas, são pessoas como as outras, zangam-se.”

(Sofia, 23 anos, heterossexual)

“Eu penso que o Estado não intervém nestas questões, nem acho que faça parte da agenda política. Talvez daqui a uns anos possa fazer, como já fez o casamento e a adoção (...).”

(Henrique, 25 anos, homossexual)

Em relação à atuação das autoridades policiais perante uma situação de violência doméstica num casal do mesmo sexo, alguns dos/as entrevistados/as consideram que estes não têm a mesma postura para com uma vítima heterossexual, pelo que deveria haver uma maior transparência por parte destas entidades, como ilustram os excertos:

“Aí deveria governar a imparcialidade só que eu acho que é muito difícil. A nossa cabeça está formatada de tal forma para que o homem é superior, a mulher é inferior que vai sempre haver aquela coisa que se for uma mulher vítima de violência doméstica por parte de um homem essa mulher (...) vai ser beneficiada em relação a um homem que foi agredido por um homem ou um mulher que foi agredida por uma mulher. Eu acho que a mulher agredida por um homem vai sempre receber mais compaixão, vais sempre ser um bocadinho mais beneficiada (...)”.

(Rogério, 22 anos, homossexual)

“Na polícia não estão qualificados. Há polícias e polícias, mas no geral, e se for para regiões no interior, há polícias mais antigos que são mais preconceituosos. Mas são entidades que não estão programadas para isso e não têm os estudos e mentalidade para isso e acabam por agir de forma diferente, mas não atuam de forma diferente como deveriam. Se calhar também depende da sorte, do polícia que apanharem no momento da denúncia (...). Às vezes é necessário alguém com sensibilidade para moderar as coisas e o fundamental é que hajam pessoas dispostas a ajudar que é para isso que lá estão e não para fazer juízos de valor como por exemplo “como se chama a mulher?” “Fernando” e desatarem a rir.”

(Aníbal, 25 anos, heterossexual)

“Acho que neste momento não. Não estou a dizer que todos os polícias são homofóbicos e que todos vão fazer uma diferenciação entre ambos os casos, não é isso, mas acho que mesmo a nível de formação ainda não há uma preparação para essas eventualidades. Não quer dizer que não os vão atender, mas o tratamento não vai ser igual na generalidade dos casos (...).”

(Luna, 23 anos, heterossexual)

“A polícia tem um grande problema com a violência doméstica que se chama preconceções (...). Eu assisti a uma situação em que fui reportar um caso à polícia e a polícia disse à vítima “oh pá pronto nós podemos-te levar lá ao GAIV mas pronto é só que foi isto e tal”, é a forma como a polícia reage às situações de violência doméstica. Porque é assim a violência doméstica é duas chapadas na cara, os cartazes que aparecem da APAV são as vítimas com as caras magoadas, não aparece lá uma cabeça toda carcomida, não é? (...) Por mais formação que lhes tentes dar não dão o apoio e muitas vezes chegas a uma esquadra – tu, mulher – e só tens homens. Quero fazer uma queixa e ninguém te diz: “olhe mas prefere falar com uma polícia mulher?”. Não digo

que não haja polícias que não tenham formação e saibam lidar com todas os tipos de situações, mas não podemos esquecer que há muito polícia que não tem.”

(Jéssica, 23 anos, homossexual)

As representações sociais do entrevistados sobre as redes de apoio, o papel do Estado e a Justiça são uma dimensão complementar para aprofundar a interpretação dos dados obtidos nas dimensões anteriores, já que as questões focadas estão intimamente relacionadas com os comportamentos abusivos em casais do mesmo sexo.

Também neste subcapítulo as informações recolhidas dos testemunhos dos entrevistados são colocadas numa tabela, que se encontra em anexo¹⁸, de forma a fazer uma síntese comparativa e analítica dos testemunhos dados pelos entrevistados.

A violência doméstica em casais do mesmo sexo é um problema social caracterizado pela invisibilidade e a visão heteronormativa que estrutura as nossas sociedades leva a que haja uma perpetuação desta situação. No entanto, a possibilidade da ocorrência de agressões dentro destes casais é mais elevada do que uma agressão por parte de indivíduos que são contra a homossexualidade (Knauer, 1999, p. 326). Para além disso, a violência doméstica em casais do mesmo sexo coloca em questão as diferenças de género que a visão heteronormativa dá enfoque como uma das causas para os comportamentos abusivos em casais de sexo oposto (*ibidem*, p. 327).

As transformações sociais, políticas e culturais vão permitindo que haja uma maior defesa e divulgação das questões ligadas à homossexualidade, mas a escassez de estudos acerca da violência doméstica entre casais do mesmo sexo condicionam a exposição e um conhecimento mais profundo deste fenómeno.

Este estudo permitiu conhecer as representações sociais que os jovens têm sobre este problema, de modo a compreender quais as dimensões que ignoradas por este grupo social.

¹⁸ Anexo 6

Considerações finais

Com esta dissertação tentamos compreender e conhecer as representações sociais de um grupo limitado de jovens sobre a violência doméstica entre casais do mesmo sexo. A violência doméstica neste grupo social apresenta algumas especificidades quando comparada com a violência doméstica em casais de sexo oposto, sendo caracterizada por uma maior invisibilidade que impede um maior conhecimento e percepção sobre este fenómeno.

Todavia, esta situação começa a ser combatida, sendo isso visível na recente alteração do Código Penal. Assim, em 2007, a artigo referente aos crimes de violência doméstica é alterado e passa a abranger os crimes perpetrados nos relacionamentos com indivíduos do mesmo sexo, mostrando uma mudança da percepção do fenómeno. Isto permitiu uma mudança, mas não é suficiente nem imediata para lutar contra determinados fatores que criam um entrave ao desenvolvimento de um maior conhecimento e que poderia ser um auxílio na divulgação, sensibilização e prevenção desta violência.

Esses fatores prendem-se com o facto de as representações sociais acerca da homossexualidade terem uma conotação negativa, já que a sociedade percebe os relacionamentos de pessoas do mesmo sexo como algo perverso e de comportamento desviante. Para além disso, a violência doméstica entre casais do mesmo sexo coloca em causa o pressuposto feminista, o qual postula que a violência nos relacionamentos é causada por desigualdades de género.

Também a comunidade *gay* se mostra resistente em fomentar qualquer tipo de sensacionalismo sobre este problema, na medida que considera que esta exposição poderá aumentar os estereótipos negativos sobre os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo (Nunan, 2004).

As representações sociais que envolvem este problema social devem ser estudadas de modo a compreender quais os significados que existem em relação à violência doméstica nestes casais.

O nosso estudo permitiu retirar algumas conclusões acerca da percepção que os jovens entrevistados têm sobre a violência doméstica entre casais do mesmo sexo, verificando-se que estes não possuem conhecimento elaborado sobre a temática. Assim, tendo em consideração a nossa hipótese central, a qual tem uma dimensão exploratória, foi possível verificar que as representações sociais sobre a violência doméstica entre casais do mesmo sexo são distintas conforme a orientação sexual dos jovens.

A violência doméstica é um fenómeno social complexo e multifacetado e, como tal, não é apenas marcado por agressões físicas, existindo também abusos psicológicos, económicos, sexuais, intimidação, entre outros. Ao nível dos tipos de abusos comprovou-se que os entrevistados apenas reconhecem os tipos de abuso que são mais comuns e divulgados, ou seja, apenas mencionam a violência física e psicológica.

A violência psicológica apresenta determinadas particularidades nos casais do mesmo sexo como é o caso do *outing*, onde o agressor ameaça expor a orientação sexual da vítima, caso esta não seja assumida. Os entrevistados não dão enfoque a esta questão, notando-se uma necessidade de divulgação e exposição das especificidades deste problema social.

Assim, apesar de os meios de comunicação social já darem alguma visibilidade a este problema esta ainda é escassa, pelo que impede que haja um maior conhecimento sobre este problema social. Foi possível apurar que os jovens consideram que os média não dão visibilidade ao problema, sendo colocado em evidência por alguns entrevistados que é um tema pouco rentável devido ao desinteresse do público.

Para além disso, alguns dos entrevistados mencionaram que a pouca divulgação do fenómeno, contribui para o desconhecimento da existência de associações e instituições focadas em dar apoio às vítimas homossexuais. Desta forma, verificou-se que a APAV é a associação com maior exposição mediática e, como tal, a mais conhecida pelos entrevistados. Contudo, associações e instituições específicas para dar apoio a vítimas de violência doméstica de casais do mesmo sexo não foram referidas.

Existem associações e instituições que tratam dos assuntos e problemas

relacionados com a homossexualidade, como a ILGA¹⁹ ou a Opus Gay, que já realizaram campanhas de divulgação, prevenção e sensibilização da violência doméstica em casais do mesmo sexo. No entanto, estas campanhas não têm tanto impacto na sociedade como as campanhas dirigidas, por exemplo pela APAV, em relação à violência doméstica nos casais de sexo oposto. A este propósito, os entrevistados revelaram que não conheciam nenhuma campanha que foque a violência doméstica entre casais do mesmo sexo. Os jovens homossexuais consideram que as entidades relacionadas com a comunidade *gay* são importantes, mas a divulgação, prevenção e sensibilização da violência doméstica entre casais do mesmo sexo é escassa. Já os jovens heterossexuais revelaram não estar familiarizados com o trabalho desta comunidade mas apontam que são fundamentais para a defesa dos direitos dos homossexuais.

A homofobia e o preconceito marcam também os relacionamentos do mesmo sexo, sendo que isso pode levar à ocorrência de atitudes violentas nos casais quando as vítimas e os agressores permitem que essas conotações negativas se imponham nas dinâmicas do casal. Nos discursos dos entrevistados foi possível verificar que os homens de ambas as orientações sexuais consideram que a homofobia não tem implicações na ocorrência dos abusos, enquanto as mulheres afirmam que a homofobia pode ter implicações, especialmente quando um dos membros do casal não quer ter determinados comportamentos e gestos que possam levar a uma maior discriminação, como o simples caso de dar a mão.

Importa focar a atuação da polícia ao nível das denúncias de comportamentos violentos num relacionamento de pessoas do mesmo sexo. Apesar da alteração do Código Penal a atuação dos agentes de justiça nem sempre parece estar em concordância com a lei. Desta forma, “frequentemente, quando as vítimas de violência entre casais do mesmo sexo recorrem às instituições policiais, os polícias minimizam e ignoram a violência sofrida, não intervindo ou respondendo com hostilidade” (Costa, Machado e Antunes, 2006, p. 11). Esta situação é focada por uma entrevistada

¹⁹ Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero

homossexual que ao denunciar na polícia uma agressão que observou contra outra pessoa, apenas foi encaminhada para o GAIV²⁰, não tendo sido tomadas medidas de proteção para a vítima em relação à agressora.

A necessidade de conhecer as percepções dos jovens de ambas as orientações sexuais foi relevante na medida em que nos permitiu perceber que existe uma carência elevada de informação e conhecimento sobre determinadas questões inerentes a este problema social, quer por parte dos jovens homossexuais bem como dos homossexuais. Assim, seria importante a realização de mais campanhas de prevenção e sensibilização para a ocorrência de situações de violência doméstica em casais do mesmo sexo, debates e intervenções não só por parte de organismos que lidam com as questões da homossexualidade, mas também por organismos referentes a questões heterossexuais.

²⁰ Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima

Referências bibliográficas

AIRES, Luísa (2011) – *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-989-97582-1-6. [Consult. 20 jun. 2016].

Disponível em:
http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%20%281%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_atualizada%29.pdf

ALVES, Susana (2005) – *Violência Doméstica*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

ANTUNES, Rute; MACHADO, Carla (2005). Dupla invisibilidade: A Violência nas Relações Homossexuais. In *Revista Psychologica*. Vol. 39, pp.167-187.

ARRUDA, Ângela (2002) – Teorias das Representações Sociais e Teorias de Género. *Cadernos de Pesquisa da Revista Scielo* [Em linha]. Nº 117, pp. 127-147. [Consult. 30 jan. 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n117/15555.pdf>

AVP (2015) – *A Report from the National Coalition of Anti-Violence Programs: Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, and HIV-Affected in 2014*. Nova Iorque: Anti-violence Project. [Consult. 25 maio 2016]. Disponível em: http://www.avp.org/storage/documents/2014_IPV_Report_Final_w-Bookmarks_10_28.pdf

BANKS, Jamye R.; FEDEWA, Alicia L. (2012) - Counselors' Attitudes Toward Domestic Violence in Same-Sex Versus Opposite-Sex Relationships. *Journal of Multicultural Counseling & Development* [Em linha]. Vol. 40, n.º 4, pp. 194-205. [Consult. 14 out. 2015]. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=11&sid=34a0a418-f602-48aa-8b60->

541ff91658ce%40sessionmgr4005&hid=4112&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=sih&AN=82601070

BURKE, Leslie K.; FOLLINGSTAD, Diane R. (1999) – Violence in lesbian and gay relationships: theory, prevalence and correlational factors. *Revista Clinical Psychology* [Em linha]. Vol. 19, n.º 5, pp. 487-512. [Consult. 14 out. 2015]. Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S0272735898000543/1-s2.0-S0272735898000543main.pdf?_tid=b4b7fed2-c04c-11e5-95190000aacb360&acdnat=1453387318_bea42a45d8f6fa56eb15016fc89a2bb8

BROWN, Carrie (2008) – Gender-Role Implications on Same-Sex Intimate Partner Abuse. *Journal of Family Violence* [Em linha]. Vol. 23, n.º 6, pp. 457-462. [Consult. 14 Out. 2015]. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10896-008-9172-9?no-access=true#page-1>

CARDOSO, Filipa Tenreiro (2011) – *Representações Sociais do Casamento homossexual: Distanciar, Compreender ou Apenas Respeitar?*. Dissertação de Mestrado de Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

COLEMAN, Vallerie E. (1994) – Lesbian Battering: The Relationship Between Personality and the Perpetration of Violence. *Revista Violence and Victims* [Em linha]. Vol. 9, n.º 2, pp. 139-152. [Consult. 25 Nov. 2015]. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/208554282?pq-origsite=gscholar>

COSTA, António Firmino da (1986) – A Pesquisa de Terreno em Sociologia. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais*. 15ª ed. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0503-7

COSTA, Dália (2005) – *Percepção Social de Mulher Vítima de Violência Doméstica: Estudo Exploratório Realizado no Concelho de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 972-8726-58-9.

COSTA, Laura G.; MACHADO, Carla; ANTUNES, Rute (2006) - Violência nas Relações Homossexuais: A Face Oculta da Agressão na Intimidade. *Revista Psicológica*. [Consult. 2 fev. 2016]. Disponível em: <https://www.rea.pt/imgs/uploads/doc-estudos-2009-violencia-relacoes-homossexuais-face-oculta-agressao-intimidade.pdf>

CRESWELL, John W. (2010) – *Projeto de Pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-363-2300-8.

DAY, Vivian Peres (2003) - Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista Psiquiatria RS* [Em linha]. Vol. 25, pp. 9-21. [Consult. 16 fev. 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>

DIAS, Isabel (1998a) – Estratégias de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José (eds.) – *Metodologia Qualitativas Para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia. ISBN 972-97763-0-X.

DIAS, Isabel (1998b) – Exclusão social e violência doméstica: que relação?. *Revista Sociologia* [Em linha]. Vol. 8, pp. 189-205. [Consult. 28 fev. 2016]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1457.pdf>

DIAS, Isabel (2003) – Amor e violência entre os sexos. *Revista Sociologia* [Em linha]. Vol. 13, pp. 255-258. [Consult. 12 fev. 2016]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8770/2/artigo8531.pdf>

DIAS, Isabel (2004a) – *Violência na Família. Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0737-9.

DIAS, Isabel (2004) - *O uso de metodologias qualitativas no estudo da violência doméstica: atas do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*. Braga: Universidade do Minho. [Consult. 13 março 2016]. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628fe129283c_1.pdf

DIAS, Isabel (2010) – Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP* [Em linha]. Vol. 20, pp. 245-262. [Consult. 5 out. 2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8796.pdf>

DIAS, Isabel (2013) – Violência Doméstica e Parricídio: Quando os Filhos Matam. In PAULA, Sandra Leila de (org.) – *Violências: género, famílias e gerações*. Brasil: Mercado de Letras. ISBN 978-89-7591-296-6.

DONOVAN, Catherine; *et al.*(2006) - Comparing Domestic Abuse in Same Sex and Heterosexual Relationships. *Economic & Social Research Council*. [Consult. 20 out. 2015]. Disponível em: <http://womensaidorkney.org.uk/wp-content/uploads/2014/08/Comparing-Domestic-Abuse-in-Same-Sex-Heterosexual-Relationships.pdf>

DUARTE, Rosália (2004) - Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*. [Em linha]. Nº 24, pp. 213-225. [Consult. 15 mar. 2016]. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>

ESTEVES, Francisco Jorge Lima (2010) – *Violência Doméstica: dimensões, propriedades e contingências de um flagelo social*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERNANDES, António (1998) – Alguns Desafios Teórico-Methodológicos. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José (eds.) – *Metodologia Qualitativas Para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia. ISBN 972-97763-0-X.

FERNANDES, Felicidade Cândida Pinto (2002) - *A Mulher Vítima de Violência Conjugal*. Dissertação de Mestrado em Psiquiatria e Saúde Mental. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

FRANKLIN, Marnie J. (2003) – The Closet Becomes Darker for the Abused: A perspective on lesbian partner abuse. *Cardozo Women's Law Journal*. [Em linha]. Vol. 9, nº 2, pp. 299-318. [Consult. 5 out. 2015]. Disponível em: http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/cardw9&div=22&g_sent=1&collection=journals

GANLEY, Anne L. (1995) – Understanding Domestic Violence. In SCHECTER, S. – *Domestic Violence-Child Protection Curriculum*. San Francisco: Family Violence Prevention Foundation.

GELLES, Richard J. (1987a) – *Family Violence*. California: Sage Publications. ISBN 0-8039-2887-4.

GELLES, Richard J. (1987b) – *The Violent Home*. California: Sage Publications. ISBN 0-8039-3099-2.

GELLES, Richard J. (1993) – Family Violence. In Hampton, Robert L.; *et al*, eds. – *Family Violence – Prevention and Treatment*. California: Sage Publications. ISBN 0-8039-5247-3.

GIDDENS, Anthony (2010) – Sociologia. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1075-3

GUERRA, Isabel Carvalho (2006) – Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. Estoril: Principia. ISBN 978-972-8818-66-1.

JUNQUEIRA, Lília (2005) - A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea. *Revista Estudos de Sociologia* [Em linha]. Vol. 10, nº 18/19, pp. 145-161. [Consult. 30 jan. 2016]. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/119/0>

LOURENÇO, Nelsón; LISBOA, Manuel (1992) – *Representações da violência*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais.

KNAUER, Nancy J. (1999) – Same-Sex Domestic Violence: Claiming a domestic sphere while risking negative stereotypes. *HeinOnline* [Em linha]. Vol. 8, pp. 325-350. [Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em: http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/tempcr8&div=20&g_sent=1&collection=journals

MACHADO, Tânia Cristina dos Santos (2012) – “*Que arranjem um homem*”: *Representações de médicos e juízes acerca da maternidade lésbica medicamente assistida*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MANITA, Celina (org.) (2009) - *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. ISBN: 978-972-597-315-8

MARTINS, Ana Raquel Coelho (2013) – *Violência doméstica – evolução, perspectivas e risco*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MCKEE, Bronagh E.; MASON, Sarah (2015) - Domestic violence and abuse prevention programmes in the early years classroom: a pastoral, academic and financial priority?. *Pastoral Care in Education* [Em linha]. Vol 33, n.º 4, pp. 205-213. [Consult. 20 fev. 2016]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02643944.2015.1074267>

MCKIE, Linda (2005) – *Families, Violence and Social Change*. London: Open University Press.

MOREIRA, Carlos Diogo (1994) – *Planeamento e estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

MOSCOVICI, Serge (1979) – *La psychanalyse son image et son public*. Argentina : Editorial Huemul S. A.

MOSCOVICI, Serge (1988) – Notes Towards a Description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology* [Em linha]. Vol. 18, pp. 211-250. [Consult. 20 fev. 2016]. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ejsp.2420180303/epdf?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=scholar.google.pt&purchase_site_license=LICENSE_EXPIRED

NUNAN, Adriana (2004) – Violência doméstica entre casais homossexuais: O segundo armário?. *Revista PSICO* [Em linha]. Vol. 35, nº 1, pp. 69-78.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de (2004) - Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Em linha]. Vol. 19, nº55, pp. 180-186. [Consult. 30 jan. 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a14v1955.pdf>

OLIVEIRA, Márcio de (2012) - O Conceito de Representações Coletivas: Uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. *Debates do NER* [Em linha]. Nº 22, pp. 67-94. [Consult. 30 jan. 2016]. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/30352/23579>

PAGELOW, Mildred Daley (1984) - *Family Violence*. New York: Praeger. ISBN 0-275-91623-5.

PEREIRA, Ana Cristina (2009) - Violência entre casais homossexuais é maior do que nos heterossexuais. In *Público* [Em linha]. [Consult. 14 mar. 2016]. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/violencia-entre-casais-homossexuais-e-maior-do-que-nos-heterossexuais-1391381>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT (1992) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1.

RENZETTI, Claire M. (1989) – Building a second closet: Third party responses to victims of lesbian partner abuse. *Family Relations*. Vol. 38, nº 2, pp. 157-164.

RITCHIE, Jane (2003) – The Applications of Qualitative Methods to Social Research. In RITCHIE, Jane (eds.) – *Qualitative Research Practice: A guide for social students and researchers*. Londres: SAGE. ISBN 0-7619-7109-2.

ROCHA, Isabel (coord.) (2015) – *Códigos Penal e Processo Penal*. 7ª ed. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-01984-4

SANTOS, Ana Cristina (2012) – Entre duas mulheres isso não acontece – Um estudo exploratório sobre a violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. Vol. 98, pp. 3-24. [Consult. 25 Out. 2015]. Disponível em: <http://rccs.revues.org/4988>

SANTOS, Maria José Mouraz Lopes dos (2010) – *A perícia médico-legal nos casos de violência nas relações de intimidade. Contributo para a qualidade*. Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

SÊGA, Rafael Augustus (2000) – O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Revista Anos 90* [Em linha]. Vol.13, pp. 128-133. [Consult. 17 mar. 2016]. Disponível em: <file:///C:/Users/Bruna/Desktop/6719-20751-2-PB.pdf>

SILVA, Luciane Lemos da; *et al* (2007) - Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Revista Interface - Comunicação, Educação, Saúde* [Em linha]. V.11, nº 21, pp .93-103. [Consult. 16 fev. 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a09.pdf>

SOUSELA, Luísa Augusta A. (2006) - *Violência Conjugal Feminina: Contextos, motivos e consequências*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante: Violência, Crime e Vítimas. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade do Porto.

SPINK, Mary Jane P. (1993) - O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cadernos da Saúde Pública* [Em linha]. Vol. 9, pp. 300-308. [Consult. 3 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v9n3/17.pdf>

TOPA, Maria Helena (2009) – Violência em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

TOPA, Helena (2010) – No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas. *LES Online* [Em linha]. Vol. 2, nº 1, pp. 13-21. [Consult. 30 Set. 2015]. Disponível em: <http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=view&path%5B%5D=22&path%5B%5D=23>

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu (2007) - Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican* [Em linha]. Vol. 41, nº 3, pp. 379-390. [Consult. 16 de abr. 2016]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a13.pdf>

WALTERS, Mikel L.; CHEN, Jieru; BREIDING, Matthew J. (2013) - *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 Findings on Victimization by Sexual Orientation*. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control Centers for Disease Control and Prevention. [Consult. 25 maio 2016]. Disponível em: http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/pdf/NISVS_SOfindings.pdf

YIN, Robert k. (1994) – Case Study Research: Design and Methods. Thousand Oaks: SAGE. ISBN 0-7619-2552-X

Anexos

Anexo 1 – Modelo de Duluth adaptado à violência em casais do mesmo sexo



Fonte: Domestic Abuse Intervention Programs

Anexo 2 – Guião de entrevista

O presente guião de entrevista insere-se num projeto de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Sociologia e visa recolher informações acerca das representações sociais que os indivíduos têm em relação à violência doméstica entre casais do mesmo sexo. As informações recolhidas são confidenciais e é garantido o anonimato dos

Data:
Local:
Entrevistador:

Idade:

Sexo:

Nível de escolaridade:

Representações sociais acerca da violência doméstica entre casais do mesmo sexo:

1. Tem algum conhecimento da violência doméstica em casais do mesmo sexo? O que pensa deste tipo de violência?
2. Na sua opinião, quais são os motivos/ fatores que levam a este tipo de violência? Pensa que são iguais ou diferentes dos motivos que levam à violência entre casais heterossexuais?
3. Acha que a homofobia presente nas nossas sociedades pode estar relacionada com este tipo de violência ou não? Pode justificar a sua resposta?
4. Na sua opinião, quais são os tipos de abuso que caracterizam esta violência doméstica?
5. Pensa que as vítimas têm as mesmas dificuldades em abandonar um relacionamento tal como no caso dos relacionamentos heterossexuais? As dificuldades são iguais ou não?
6. Estas vítimas procuram auxílio ou acha que têm mais dificuldade em procurar ajuda? Porque é que acha que isso acontece?

7. Considera que o facto de o homem ser visto como o agressor e a mulher a vítima influencia a forma como é percebida a violência doméstica entre casais do mesmo sexo?
8. Acha que os meios de comunicação social dão visibilidade a este tipo de violência? Porque razão isso acontece?

Violência doméstica em casais *gays*:

1. Quais são os motivos/fatores que levam os *gays* a serem agressores num relacionamento?
2. Quais são os motivos/fatores que torna as vítimas suscetíveis de sofrerem violência doméstica por parte dos parceiros?
3. Pensa que a discriminação social que afeta este grupo tem implicações na ocorrência de abusos?
4. Na sua opinião, por que razão é que os homossexuais não denunciam tanto os abusos e violência de que são vítimas?
5. Acha que existem vantagens e desvantagens para as vítimas por denunciarem a sua situação? Pode justificar a sua resposta?
6. Quais são as maiores dificuldades que as vítimas encontram para abandonarem os relacionamentos abusivos?

Violência doméstica em casais lésbicos:

1. O facto de as mulheres serem consideradas como seres não violentos impede que se reconheça a existência de violência doméstica entre casais de mulheres lésbicos? Pode justificar a sua resposta?
2. Acha que a discriminação social das lésbicas é semelhante à dos *gays*? Se não, em que se distinguem?

3. Acha que essa discriminação leva à ocorrência de violência nestes casais?
4. Quais são os motivos/fatores que levam as lésbicas a serem agressoras com as suas companheiras?
5. Quais são os motivos/fatores que torna as lésbicas passíveis de se tornarem vítimas de violência doméstica?
6. Acha que as vítimas lésbicas têm mais ou menos dificuldades na procura de ajuda quando comparando com as vítimas de violência doméstica de relacionamentos *gays*?
7. Na sua opinião, as lésbicas encontram as mesmas dificuldades que as vítimas *gays* para abandonarem um relacionamento abusivo?

Redes de apoio, Estado e Justiça:

1. Conhece associações ou instituições que apoiam este tipo de vítimas de violência doméstica?
2. O que pensa sobre o papel das redes de apoio social neste âmbito? Elas estão igualmente atentas a este tipo de vítimas ou a intervenção com estas ainda é escassa?
3. Pensa que a homofobia compromete a atuação dos profissionais e técnicos de apoio? Se sim, porquê?
4. Qual é o papel da comunidade *gay* e das instituições LGBT na divulgação, prevenção e sensibilização para este problema?
5. Conhece alguma campanha de alerta ao combate da violência doméstica por parte desta comunidade? Se sim, qual?
6. O que pensa sobre a intervenção estatal ao nível da prevenção e sensibilização para o problema? Acha que é um tema que faz parte da agenda política do Estado?

7. Na sua opinião, os oficiais de justiça atuam da mesma forma perante uma situação de violência doméstica entre casais heterossexuais e entre casais do mesmo sexo? Pode justificar a sua resposta?

Obrigado pela sua colaboração.
Bruna Gonçalves

Anexo 3 - Síntese das representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo

Categorias e subcategorias	Heterossexual		Homossexual	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Perceção do problema	Perceções semelhantes às da violência doméstica em casais de sexo oposto			
Causas da violência	Motivos semelhantes aos que levam à violência em casais de sexo oposto		Questões da personalidade e de socialização	
Homofobia social	Não tem influência na ocorrência dos comportamentos abusivos	Tem influência nos comportamentos abusivos	Não tem influência na ocorrência dos comportamentos abusivos	Tem influência nos comportamentos abusivos
Tipos de abusos	Violência física e psicológica/verbal são as que mais caracterizam a violência doméstica nos casais do mesmo sexo			
Dificuldades de abandono das relações abusivas	Na generalidade têm mais dificuldades, mas também a questão da personalidade da vítima (tanto homossexual como heterossexual) é evidenciada para uma maior ou menos dificuldade em abandonar o relacionamento			
Procura de auxílio	Maior dificuldade em procurar auxílio		Maior mas também menor dificuldade em procurar auxílio	Maior dificuldade em procurar auxílio
Representações sociais dos papéis de género	Por um lado, as representações sociais dos papéis de género influenciam como é vista a violência doméstica em casais do mesmo sexo, pois a sociedade ainda é patriarcal e ainda vê muitas vezes o homem como o agressor e a mulher como a vítima, o que vai impedir, nos relacionamentos do mesmo sexo, de considerar os abusos como violência. Por outro, não vai ter influência na forma como é representada este tipo de violência devido ao facto de os casais serem compostos por duas pessoas do mesmo sexo.			
Papel da comunicação social/visibilidade da temática	Os meios de comunicação social não dão visibilidade ao problema			

Anexo 4 - Síntese das representações sociais da violência doméstica nos casais *gays*

Categorias e subcategorias	Heterossexual		Homossexual	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Motivos/fatores para serem agressores	Ciúmes, traição, discriminação social, inseguranças, discussões e tensões sexuais			
Motivos/fatores para serem vítimas	Personalidade fraca e vulnerável, dependência monetária e emocional			
Discriminação social	Pode ter implicações na ocorrência de violência por deixarem que essas visões negativas interfiram no bom funcionamento do relacionamento			
Denúncia dos abusos	<p>Os <i>gays</i> não denunciam tanto os comportamentos abusivos do parceiro devido ao preconceito social de que são alvo</p> <p>Vantagens em denunciar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar o agressor; • As vítimas terem apoio social <p>Desvantagens em denunciar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter de assumir a orientação sexual, caso ainda não o tenham feito; • Comprometer a vida social e laboral; • Sofrerem de mais violência 			
Dificuldades para abandonar o relacionamento	A família, a vulnerabilidade, as inseguranças, a solidão, a dependência			

Anexo 5 - Síntese das representações sociais da violência doméstica nos casais lésbicos

Categorias e subcategorias	Heterossexual		Homossexual	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Perceções de género	O facto de a mulher ser vista como um ser não violento, para alguns entrevistados influencia o reconhecimento da existência de violência nestes casais; outros afirmam que isso não tem influência			
Discriminação social	As lésbicas não sofrem tanta discriminação devido a uma melhor aceitação social e aos fetiches dos homens heterossexuais			
Motivos/fatores para serem agressores	Discriminação social, controlo, insegurança, traços de personalidade			
Motivos/fatores para serem vítimas	Personalidade fraca e vulnerável, dependência monetária e emocional			
Procura de auxílio	Apenas um dos entrevistados considera que as dificuldades são as mesmas tanto para as lésbicas como para os <i>gays</i>	As lésbicas têm mais facilidade na procura de ajuda do que os <i>gays</i>	Apenas um dos entrevistados considera que as dificuldades são as mesmas tanto para as lésbicas como para os <i>gays</i>	
Dificuldades para abandonar o relacionamento	A família, a vulnerabilidade, as inseguranças, a solidão, a dependência			

Anexo 6 - Síntese das representações sociais das redes de apoio, do Estado e da Justiça

Categorias e subcategorias	Heterossexual		Homossexual	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conhecimento de associações/instituições de apoio	Não têm conhecimento de associações ou instituições de apoio a vítimas homossexuais, só conhecem a APAV		Um homem e uma mulher afirmam que conhecem instituições de apoio a este tipo de vítimas mas não se recordam dos nomes. Os outros só mencionam conhecer a APAV	
Relevância das associações/instituições de apoio	Têm um papel importante mas a intervenção e apoio nestas vítimas ainda é escassa			
Atuação dos profissionais e técnicos de apoio na relação com a homofobia	Os profissionais e técnicos devem ter formações específicas e ter uma mente aberta para lidar com este tipo de vítimas e assim a sua atuação não vai ser comprometida pela homofobia			
Papel da comunidade gay e LGBT	Pouco familiarizados com o que a comunidade faz, mas consideram que têm um papel fundamental para defender os sujeitos homossexuais		Papel fundamental mas pouca divulgação, prevenção e sensibilização da violência doméstica em casais do mesmo sexo	
Campanhas feitas pela comunidade gay e LGBT	Não conhecem nenhuma campanha de prevenção e sensibilização da violência doméstica que tenha sido feita pela comunidade			
Intervenção estatal	É escassa ou inexistente			
Atuação dos oficiais de justiça	Têm uma atuação diferente com as vítimas de violência doméstica de casais do mesmo sexo			